



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLIII — Nº 27

QUINTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 1988

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 18ª SESSÃO CONJUNTA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 1988

- 1.1 — ABERTURA
- 1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ADHEMAR DE BARROS FILHO — Denúncias do jornalista Newton Duarte sobre a ausência do Deputado Filipe Cheidde nos trabalhos da Constituinte.

DEPUTADO CÉSAR MAIA — Resultado das eleições municipais.

DEPUTADO MENDES RIBEIRO — Esvaziamento das sessões do Congresso Nacional.

DEPUTADO ADYLSO MOTA — Influência da LBA nas eleições do Rio Grande do Sul.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Presença de parlamentares nos trabalhos do Congresso Nacional.

DEPUTADO LUIZ SALOMÃO — Matérias da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO JORGE UEQIED — Fixação do salário mínimo pelo Congresso Nacional.

DEPUTADO OSVALDO BENDER — Situação econômica e social do País.

SENADOR NEY MARANHÃO — Falta de quorum nas sessões do Congresso Nacional.

DEPUTADO LUIZ SOYER — Duplicação da rodovia BR-153, no trecho Goiânia—Anápolis.

DEPUTADO MÁRIO ASSAD — Desempenho da Companhia Telecomunicações de Minas Gerais (Telemig).

DEPUTADO JOSÉ YUNES — A OAB de São Paulo.

DEPUTADO GILSON MACHADO — Contribuições parafiscais incidentes sobre o açúcar e o álcool. Atuação da Sudene.

DEPUTADO PAULO MACARINI — A colonização do Vale do Rio do Peixe e do alto Uruguai Catarinense.

DEPUTADO ALDO ARANTES, como Líder do PC do B — Eleições municipais.

DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO, como Líder do PFL — Eleições municipais.

DEPUTADA ABIGAIL FEITOSA, como Líder do PSB — Sugere mudança na apuração de votos das próximas eleições.

DEPUTADO ELIAS MURAD, como Líder do PTB — Resultado das eleições municipais.

DEPUTADO BRANDÃO MONTEIRO, como Líder do PDT — Convite à Primeira-Ministra da Inglaterra, para que venha ao Brasil, visitar a Companhia Siderúrgica Nacional.

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1988 (nº 7.183/86, na origem), que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, cria cargos, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1986 (nº 3.319/84, na origem), que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 1986 (nº 5.289/85, na origem), que regula a profissão de Supervisor Educacional e determina outras providências. **Apreciação sobrestada** nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1985 (nº 8.340/86, na Câmara dos Deputados), que estabelece normas para voto por instrumentos e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1988-CN (apresentado como conclusão do parecer proferido em plenário pelo Senhor Senador Leopoldo Perez), aprovando o texto do Decreto-Lei nº 2.396, de 21 de dezembro de 1987, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

Mensagens Presidenciais nºs 228, de 1988-CN (nº 364/87, na origem); e 229, de 1987-CN (nº 376/87, na origem), através das quais o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional os textos dos Decretos-Leis nºs 2.348, de 21 de julho de 1987, que altera o Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, que dispõe sobre licitações e contratos da Administração Federal; e 2.360, de 16 de setembro de 1986, que altera o Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1988, que dispõe sobre licitações e contratos da Administração Federal. **Apreciação sobrestada** nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

Mensagem Presidencial nº 18, de 1988-CN (nº 410/87, na origem), através da qual o se-

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo
JOSECLER GOMES MOREIRA
Diretor Industrial
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cz\$ 2.600,00

Exemplar Avulso Cz\$ 16,00

Tiragem 2 200-exemplares.

nhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.369, de 11 de novembro de 1987, que altera o Decreto-Lei nº 2.032, de 9 de junho de 1983, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

Mensagem Presidencial nº 23, de 1988-CN (nº 710/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, que revoga o Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, que dispõe sobre terras públicas, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

Mensagens Presidenciais nºs 53, de 1988-CN (nº 24/88, na origem), e 54, de 1988-CN (nº 114/88, na origem), através das quais o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional os textos dos Decretos-Leis nºs 2.404, de 23 de dezembro de 1987, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante e dá outras providências; e 2.414, de 12 de fevereiro de 1988, que altera o Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante. **Apreciação sobrestada** nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

Mensagem Presidencial nº 72, de 1988-CN (nº 169/88, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.422, de 30 de março de 1988,

que dispõe sobre o prazo para inscrição de ocupação de imóveis da União e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

Mensagem Presidencial nº 77, de 1988-CN (nº 174/88, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.427, de 8 de abril de 1988, que altera o Decreto-Lei nº 2.400, de 21 de dezembro de 1987. **Apreciação sobrestada** nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

Mensagem Presidencial nº 85, de 1988-CN (nº 208/88, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.433, de 19 de maio de 1988, que dispõe sobre os instrumentos financeiros relativos à política industrial, seus objetivos, revoga incentivos fiscais e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

Mensagem Presidencial nº 86, de 1988-CN (nº 209/88, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.434, de 19 de maio de 1988, que dispõe sobre a isenção ou redução de impostos na importação de bens e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal. Mensagem Presidencial nº 87, de 1988-CN (nº 210/88, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.435, de 19 de maio de 1988,

que dispõe sobre a dispensa de controles prévios na exportação. **Apreciação sobrestada** nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

Mensagem Presidencial nº 90, de 1988-CN (nº 219/88, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.438, de 26 de maio de 1988, que dispõe sobre a percepção de gratificações e complementação salarial por servidores do Departamento Nacional de Obras e Saneamento e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

Mensagem Presidencial nº 91, de 1988-CN (nº 220/88, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.439, de 2 de junho de 1988, que dá nova redação aos arts 4º e 7º do Decreto-Lei nº 2.423, de 7 de abril de 1988. **Apreciação sobrestada** nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

Mensagem Presidencial nº 92, de 1988-CN (nº 221/88, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.440, de 3 de junho de 1988, que dispõe sobre a aplicação das disponibilidades financeiras do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). **Apreciação sobrestada** nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

1.3.1 — ENCERRAMENTO

Ata da 18ª Sessão Conjunta, em 23 de novembro de 1988

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência do Sr. Wilson Martins

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos De'Carli — Áureo

Mello — Odacir Soares — Olavo Pires — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Edison Lobão — Chagas Rodrigues — Álvaro Pacheco — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Car-

valho — Jose Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Luiz Piauhyllino — Guilherme Palmeira — Divaldo

Suruagy — Rubens Vilar — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Hadad — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Mauro Borges — Iram Saraiva — Gonzaga Jaime — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Louremberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Francisco Diógenes — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; João Maia — PMDB; José Melo — PMDB; Maria Lúcia — PMDB; Narciso Mendes — PFL; Osmir Lima — PMDB.

Amazonas

Bernardo Cabral — PMDB; Beth Azize — PSDB; Carrel Benevides — PTB; Ézio Ferreira — PFL; José Fernandes — PDT; Sadie Hauache — PFL

Rondônia

Arnaldo Martins — PMDB; Chagas Neto — PMDB; José Guedes — PSDB; Moisés Bennesby — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PSB; Aloysio Chaves — PFL; Arnaldo Moraes — PMDB; Asdrubal Bentes — PMDB; Benedicto Monteiro — PTB; Domingos Juvenil — PMDB; Eliel Rodrigues — PMDB; Gabriel Guerreiro — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Paulo Roberto — PMDB.

Maranhão

Albérico Filho — PMDB; Antonio Gaspar — PMDB; Cid Carvalho — PMDB; Costa Ferreira — PFL; Eliézer Moreira — PFL; Enoc Vieira — PFL; Jayme Santana — PSDB.

Piauí

Felipe Mendes — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Jesus Tajra — PFL; José Luiz Maia — PDS; Mussa Dernes — PFL; Paes Landim — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Bezerra de Melo — PMDB; Carlos Benevides — PMDB; César Cals Neto — PSD; Etevaldo Nogueira — PFL; Expedito Machado — PMDB; Firmo de Castro — PMDB; Furtado Leite — PFL; Haroldo Sanford — PMDB; José Lins — PFL; Lúcio Alcântara — PFL; Luiz Marques — PFL; Mauro Sampaio — PMDB; Moema São Thiago — PSDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Osmundo Rebouças — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Raimundo Bezerra — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Iberê Ferreira — PFL; Ismael Wanderley — PMDB; Ney Lopes — PFL; Vingt Rosado — PMDB.

Paraíba

- Agassiz Almeida — PMDB; Aluizio Campos — PMDB; Cássio Cunha Lima — PMDB; Edme Tavares — PFL; Evaldo Gonçalves — PFL; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Oswaldo Trigueiro — PDS.

Pernambuco

Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PDT; Geraldo Melo — PMDB; Gilson Machado — PFL; Gonzaga Patriota — PMDB; Harlan Gadelha — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; José Tinoco — PFL; Marcos Queiroz — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Paulo Marques — PFL; Ricardo Fiuzza — PFL; Roberto Freire — PCB; Salatiel Carvalho — PFL; Wilson Campos — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Antonio Ferreira — PFL; Eduardo Bonfim — PC do B; Geraldo Bulhões — PMDB; José Costa — ; Renan Calheiros — PSDB; Roberto Torres — PTB; Vinicius Cansção — PFL.

Sergipe

Acival Gomes — PMDB; Cleonânio Fonseca — PFL; Djenal Gonçalves — PMDB; João Machado Rollemberg — PFL; José Queiroz — PFL; Messias Góis — PFL.

Bahia

Abigail Feitosa — PSB; Ângelo Magalhães — PFL; Carlos Sant'Anna — PMDB; Celso Dourado — PMDB; Domingos Leonelli — ; Eraldo Tinoco — PFL; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PCB; Franca Teixeira — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Jairo Azi — PDC; Jairo Carneiro — PDC; Joaci Góes — PMDB; João Alves — PFL; João Carlos Bacelar — PMDB; Jonival Lucas — PDC; Jorge Hage — PSDB; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Leur Lomanto — PFL; Lidice da Mata — PC do B; Luiz Eduardo — PFL; Manoel Castro — PFL; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Milton Barbosa — PDC; Miraldo Gomes — PDC; Nestor Duarte — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Sérgio Brito — PFL; Uldurico Pinto — PMDB; Virgildásio de Senna — PSDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Nelson Aguiar — PDT; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolin — PFL; Rita Camata — PMDB; Stélio Dias — PFL; Vasco Alves — PSDB; Vitor Buaiz — PT.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Anna Maria Rattes — PSDB; Arolde de Oliveira — PFL; Artur da Távola — PSDB; Benedita da Silva — PT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Alberto Caó — PDT; César Maia — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Edésio Frias — PDT; Edmilson Valentim — PC do B; Fábio Raunheitti — PTB; Feres Nader — PTB; Flavio Palmieri da Veiga — PMDB; Francisco Dornelles — PFL; Gustavo de Faria — PMDB; Jorge Leite — PMDB; José Carlos Coutinho — PL; José Luiz de Sá — PL; José Maurício — PDT; Luiz Salomão — PDT; Lysâneas

Maciel — PDT; Márcio Braga — PMDB; Messias Soares — PTR; Nelson Sabrá — PFL; Noel de Carvalho — PDT; Oswaldo Almeida — PL; Paulo Ramos — PMN; Ronaldo Cezar Coelho — PSDB; Rubem Medina — PFL; Sandra Cavalcanti — PFL; Simão Sessim — PFL; Sotero Cunha — PDC; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT.

Minas Gerais

Aécio Neves — PMDB; Aloisio Vasconcelos — PMDB; Alysson Paulinelli — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PSDB; Célio de Castro — PSDB; Chico Humberto — PDT; Christóvam Chiaradia — PFL; Dálton Canabrava — PMDB; Elias Murad — PTB; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PMDB; João Paulo — PT; José da Conceição — PMDB; José Geraldo — PMDB; José Santana de Vasconcellos — PFL; Lael Varella — PFL; Luiz Alberto Rodrigues — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PFL; Maurício Pádua — PMDB; Mauro Campos — PSDB; Mello Reis — PDS; Milton Lima — PMDB; Milton Reis — PMDB; Octávio Elisio — PSDB; Oscar Corrêa — PFL; Paulo Almada — PMDB; Paulo Delgado — PT; Pimenta da Veiga — PSDB; Raimundo Rezende — PMDB; Roberto Brant — PMDB; Roberto Vital — PMDB; Ronaldo Carvalho — PMDB; Ronaro Corrêa — PFL; Rosa Prata — PMDB; Saulo Coelho — PFL; Sérgio Naya — PMDB; Sérgio Werneck — PMDB; Sívio Abreu — PSC; Virgílio Galassi — PDS; Ziza Valadares — PSDB.

São Paulo

Adhemar de Barros Filho — PDT; Afif Domingos — PL; Agripino de Oliveira Lima — PFL; Ailton Sandoval — PMDB; Antoniocarlos Mendes Thame — PFL; Antônio Perosa — PSDB; Antônio Salim Curiati — PDS; Arnaldo Faria de Sá — PJ; Arnold Fioravante — PDS; Caio Pompeu — PSDB; Cunha Bueno — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Delfim Netto — PDS; Dirce Tutu Quadros — PSDB; Doretto Campanari — PMDB; Eduardo Jorge — PT; Fábio Feldmann — PSDB; Farabulini Júnior — PTB; Fausto Rocha — PFL; Fernando Gasparian — PMDB; Florestan Fernandes — PT; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Francisco Rossi — PTB; Gastone Righi — PTB; Geraldo Alckmin Filho — PSDB; Gerson Marcondes — PMDB; Gumerindo Milhomem — PT; Hélio Rosas — PMDB; Irma Passoni — PT; Jayme Paliarin — PTB; João Cunha — PDT; João Rezek — PMDB; José Egreja — PTB; José Genoíno — PT; José Maria Eymael — PDC; José Yunes — PMDB; Koyu Iha — PSDB; Luis Gushiken — PT; Luis Inácio Lula da Silva — PT; Maluly Neto — PFL; Manoel Moreira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Michel Temer — PMDB; Nelson Seixas — PDT; Plínio Arruda Sampaio — PT; Ricardo Izar — PFL; Robson Marinho — PSDB; Samir Achôa — PMDB; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tito Costa — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goias

Aldo Arantes — PC do B; Antonio de Jesus — PMDB; Délio Bráz — PMDB; Jalles Fontoura — PFL; Lúcia Vânia — PMDB; Luiz Soyer — PMDB; Maguito Vilela — PMDB; Mauro Miranda — PMDB; Naphtali Alves de Souza — PMDB; Pe-

doro Canedo — PFL; Roberto Balestra — PDC; Siqueira Campos — PDC.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Francisco Cameiro — PMDB; Geraldo Campos — PSDB; Jofran Frejat — PFL; Márcia Kubitschek — PMDB; Maria de Lourdes Abadia — PSDB; Sigmaringa Seixas — PSDB; Valmir Campelo — PFL.

Mato Grosso

Joaquim Sucena — PTB; Jonas Pinheiro — PFL; Júlio Campos — PFL; Osvaldo Sobrinho — PTB; Ubiratan Spinelli — PDS.

Mato Grosso do Sul

Fadah Gattas — PMDB; Juarez Marques Batista — PSDB; Levy Dias — PFL; Rosário Congro Neto — PMDB; Saulo Queiroz — PSDB.

Paraná

Airton Cordeiro — PFL; Alcení Guerra — PFL; Antônio Ueno — PFL; Basílio Villani — PTB; Darcy Deitos — PMDB; Dionísio Dal Prá — PFL; Ervin Bonkoski — PTB; Euclides Scalco — PSDB; Hélio Duque — PMDB; José Carlos Martinez — PMDB; José Tavares — PMDB; Matheus Iensen — PMDB; Maurício Fruet — PMDB; Maurício Nasser — PMDB; Max Rosenmann — PMDB; Nelson Friedrich — PSDB; Nilso Sguarezi — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Pimentel — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Sérgio Spada — PMDB; Tadeu França — PDT.

Santa Catarina

Alexandre Puzyna — PMDB; Antônio Carlos Konder Reis — PDS; Artenir Werner — PDS; Cláudio Ávila — PFL; Eduardo Moreira — PMDB; Francisco Küster — PSDB; Henrique Córdova — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Orlando Pacheco — PFL; Paulo Macarini — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Ruberval Pilotto — PDS; Victor Fontana — PFL; Vilson Souza — PSDB; Walnor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — PDS; Adylson Motta — PMDB; Amaury Muller — PDT; Arnaldo Prieto — PFL; Carlos Cardinal — PDT; Darcy Pozza — PDS; Erico Pegoraro — PFL; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PSDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; João de Deus Antunes — PTB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Luís Roberto Ponte — PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Olívio Dutra — PT; Osvaldo Bender — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Paulo Paim — PT; Rospide Netto — PMDB; Ruy Nedei — PMDB; Vicente Bogo — PSDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Annibal Barcellos — PFL; Eraldo Trindade — PFL; Geovani Borges — PFL.

Roraima

Chagas Duarte — PFL; Marluce Pinto — PTB; Mozarildo Cavalcanti — PFL; Ottomar Pinto — PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — As listas de presença acusam o comparecimento de 62 Srs. Senadores e 189 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adhemar de Barros Filho.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO

(PDT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ocupo a tribuna, nesta manhã, para tratar de um dos episódios havidos no decurso do processo constituinte, já ao seu final, quando um ilustre jornalista, prestando serviços nesta Casa, de nome Newton Duarte, natural de Santos, São Paulo, com larga folha de serviços prestados à imprensa daquele estado, aqui denunciou e cobrou o comportamento de um Parlamentar, o Sr. Deputado Felipe Cheidde, não apenas quanto às suas dívidas pessoais, mas, sobretudo, à sua reiterada ausência na Constituinte.

Entendo que qualquer um de nós é passível de cobranças dessa ordem. Quando assumimos o encargo da representação política do povo de nosso estado, temos o dever e a obrigação de zelar para que problemas de natureza pessoal não sejam sequer cobrados da forma como ocorreu no caso a que me refiro. Entendo que ao Jornalista Newton Duarte, na condição de procurador do credor, caberia fazer a cobrança, como, na realidade, ele o fez. A nós cabe cobrar, desse ou de qualquer Parlamentar, como fez o Deputado Nilso Sguarezi, reiteradas ausências nos trabalhos constituintes. Basta lembrar, a propósito, com base em dados contidos do documento que enviou ao Presidente Ulysses Guimarães solicitando a pena de cassação do mandato de S. Ex^a, o Sr. Deputado Felipe Cheidde, que, do total de 96 sessões constituintes — até aquela data — S. Ex^a estivera presente em apenas onze; de 727 votações, participou de apenas 39. Isto fala alto e claro de sua reiterada ausência.

O documento do Jornalista Newton Duarte é consentâneo com sua missão não só de cobrador, mas, sobretudo, de jornalista, que, atuando com inteira liberdade, como o fizeram todos nesta Casa, tem a responsabilidade de tomar claro o comportamento, adequado ou inadequado, de qualquer um de nós.

Portanto, acho que os termos contidos em pronunciamento posterior do Deputado Felipe Cheidde, quando S. Ex^a falou em injúria, difamação e calúnia, realmente precisam ser repostos, sobretudo pela Mesa da Câmara dos Deputados, presidida pelo Deputado Ulysses Guimarães, a fim de que, caso tenha ou não sido ferido o decoro parlamentar ou se a reiterada ausência daquele colega Parlamentar realmente justificar a aplicação de pena de cassação de seu mandato, a verdade seja restabelecida.

De qualquer maneira, entendo que a posição do Jornalista Newton Duarte deve ser ressaltada, de todos os pontos de vista. A ele trago hoje, portanto, nossa solidariedade, na certeza de que a nós, Parlamentares, quando assumimos uma representação política, cabe zelar pela nossa vida pessoal, para que não seja exposta desta tribuna ou pela imprensa da forma como ocorreu com

o Deputado Felipe Cheidde. Mais ainda, quando cobrados, devemos prestar contas à opinião pública. Esta, a nossa obrigação.

Neste momento, entendo que, conhecendo de perto o Jornalista Newton Duarte, devemos prestar-lhe nossa solidariedade. Quanto a mim, em particular, conhecendo-o pessoalmente e testemunha que sou de sua atividade jornalística, entendo que ele velou pelo alto nível dos trabalhos desta Casa. Mais ainda, ao denunciar tais fatos, ele faz com que outros Parlamentares se mantenham permanentemente atentos, para que problemas dessa natureza não se repitam.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Concedo a palavra ao nobre Deputado César Maia.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o resultado das eleições municipais recém-terminadas exige de todos nós, políticos, uma avaliação mais amadurecida, em função do tempo, que nos permite decantar esses mesmos resultados.

Sr. Presidente, a análise em que se procura classificar do resultado das eleições como um fenômeno emocional, de voto "não", ou de voto contra a crise, ou de voto de protesto, é, pelo menos, açodada. Se compararmos os resultados das eleições de 1988 com os das eleições de 1982, de 1985, ou mesmo de 1986, apesar do fenômeno do Plano Cruzado, vamos verificar que o que está acontecendo na sociedade brasileira é uma tendência de reconcentração do eleitorado em torno de novas forças políticas.

Qual a surpresa de o Partido dos Trabalhadores ter ganho a Prefeitura de Vitória, se quase a ganhou em 1985, se ganhou a Prefeitura de Goiânia e foi fraudada, se o seu candidato à Prefeitura de São Paulo, naquele momento, já teve quase 1/4 do eleitorado e se ganhou a Prefeitura de Fortaleza? Qual a surpresa de o PDT, agora, uma força progressista, também ter tido um resultado muito expressivo, em Fortaleza, substituindo, para um mesmo eleitorado, com as mesmas convicções, uma legenda por outra? Qual a surpresa de o Partido dos Trabalhadores e o PDT terem dividido os votos na Prefeitura de Porto Alegre, se em 1985 já tínhamos obtido quase 50% dos votos naquela Capital? O eleitorado manteve-se em torno do voto progressista? Qual a surpresa de o PDT ganhar no Rio de Janeiro, em São Paulo e em São Luis, se, em 1985, em 1986 e até em 1982, já tínhamos tido uma participação muito expressiva?

Ora, Sr. Presidente, o que há na política brasileira e uma tendência do eleitorado, que nos parece inexorável, de concentrar-se em torno das propostas progressistas. Isso começou em 1982, teve sequência em 1985. O arefhecimento em 1986 deve-se principalmente às condições atípicas dentro das quais ocorreram aquelas eleições. Agora, em 1988, essa tendência fortaleceu-se.

Sr. Presidente, para encerrar desejo dizer que discordo das análises segundo as quais o PMDB foi o grande derrotado nessas eleições. Acho que não; creio que o PMDB voltou às suas devidas proporções, após um ano, repito, atípico, qual seja, o de 1986. O PMDB, no espectro político brasileiro, está, naturalmente, deslocando-se para

a direita, na medida em que forças progressistas passaram a ocupar o cenário político nacional.

O grande perdedor nessas eleições, Sr. Presidente, foram as forças conservadoras, que não conseguiram apresentar candidatos para prefeituras de capitais. Formadoras da opinião pública, as forças conservadoras não tiveram sequer candidaturas em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Nas demais prefeituras onde disputaram com possibilidade e com vitória, procuraram fazer um discurso aparentemente popular — até em Florianópolis e João Pessoa — no sentido de que estariam apoiando o Governador Leonel Brizola para Presidente da República.

Acho que, neste momento, o que ocorre no espectro político brasileiro é um afastamento da representação política das forças conservadoras, o deslocamento do PMDB para a direita e a concentração eleitoral em torno desses dois partidos, que já vinham com essa tendência desde 1982, bem marcada em 1985 e agora configurada nas eleições de 1988. Esse é quadro prévio das eleições presidenciais de 1989.

É assim que vemos a situação, Sr. Presidente. Acharmos que ela precisa ser reavaliada, sem o adocamento de dizer-se que o resultado desta eleição retrata meramente um voto de protesto, de negação contra isso ou aquilo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mendes Ribeiro.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estou seriamente preocupado, com muita coisa mas não com o resultado das eleições. Isso deixou de me preocupar quando foram proclamados os eleitos. Estou preocupado, sim, e com o futuro desta Casa, e seriamente. Não temos **quorum** para deliberar. Somos trinta no plenário — eu contei.

Em conversa recente com um dos nossos mais ilustres homens públicos, o Senador Jarbas Passarinho, S. Ex.^a falava a respeito do que está no art. 66, § 6º, da nova Constituição brasileira.

Temos um veto por examinar, e a apreciação de veto tem precedência, por determinação constitucional. Esse procedimento exige maioria absoluta. Repete, aliás, o que diz o art. 47 da mesma Carta Magna, que impede que qualquer uma das Casas se reúna sem a presença da maioria absoluta de seus membros.

Sr. Presidente, é válido que esta Casa tenha seu momento político, pois se trata de uma Casa política. Mas não é válido que sejamos obrigados, diariamente, a fazer o jogo do faz-de-conta: vamos fazer de conta que há **quorum**.

Ontem, li nos jornais que os nossos líderes tinham desistido do voto de liderança. Hoje, fui informado pelo líder da minha bancada, Deputado Ibsen Pinheiro, de que os líderes pensavam que este voto de liderança não pudesse sobreviver à nova Constituição, não poderia ter sobrevivido à anterior, nem mesmo ao Regimento Interno que ainda não foi modificado.

O Regimento Interno da Casa, em determinado artigo — só um rúbrica sabe a lei de cor — diz que nenhuma das Casas pode reunir-se, e não deliberar, sem a presença da maioria absoluta de seus membros. Maioria presente no plenário

e não nas listas ou no número de envelopes, como aconteceu ontem, da eleição do Primeiro Vice-Presidente.

Sr. Presidente, temos de entender — esse “nós” inclui a mim, evidentemente — que não podemos ser governados pelos omissos, por aqueles que aqui não vêm, e que precisamos do respaldo dos que ocupam os cargos diretivos da Casa, para que a verdade seja dita. A Nação não pode julgar da mesma forma quem está aqui diariamente e quem não está. Nos corredores, no plenário, nos gabinetes, convivemos com dois fantasmas: o fantasma da falta de **quorum**, porque não adianta forçar os omissos a comparecerem, e o fantasma da desmoralização da Casa, porque os omissos a desmoralizam. Desde o tempo em que o plenário ainda tinha alma, porque se votava a Constituição, se pedia — e se pede agora a V. Ex.^a, que preside esta sessão do Congresso — a quem preside a Câmara ou o Senado, que tomasse essa providência simples: dizer à Nação quem cumpre a lei e quem não a faz. O que não é possível é misturar no mesmo saco quem corresponde e quem não corresponde ao voto que recebeu. Cometemos o equívoco histórico de nivelar por baixo.

Sei, Sr. Presidente, que muitos dizem que o Deputado Mendes Ribeiro está adotando uma postura que não é própria de bom colega. Acho que minha atitude é de bom colega, sim, porque assumo a posição, aparentemente antipática, de dizer aquilo que muitos gostariam de externar. Carrego esse ônus. Não podemos, por exemplo, votar os subsídios dos parlamentares nem outras matérias. E os parlamentares devem ser bem pagos. Ninguém deve ter vergonha do que ganha. Não podemos ter um plenário reservado aos ricos, e, mais, aos ricos que façam isso por lazer. O pobre também deve chegar aqui. Não podemos votar nosso subsídio sem votar antes o salário mínimo para o trabalhador. Respondam-me: qual o embaçamento para um deputado, para um senador fixar o seu subsídio sem fixar o subsídio que ele, deputado ou senador, mandou que o Congresso fixasse na sua Carta?

Se é antipático o que digo, Sr. Presidente, assumo o ônus da antipatia, mas é o que penso. E nesta Casa cada um defende a sua verdade. Não podemos, por medo dos que estão fora, curvar a espinha.

Quero votar, Sr. Presidente. Quero votar o salário mínimo, quero votar o subsídio, quero votar tudo o que deve ser votado, mas não aceito que se faça de conta que há **quorum**. E, Sr. Presidente, quero deixar bem claro que posso dizer aos meus eleitores que estou aqui, mas a maioria dos parlamentares não pode fazê-lo. Isso deveria ser feito pela Presidência da Câmara, pela Presidência do Senado e pela Presidência do Congresso. **A Voz do Brasil** — que ninguém ouve mas é **A Voz do Brasil** — deveria iniciar seus trabalhos dizendo: “Estiveram ausentes os seguintes parlamentares”. Outra possibilidade seria cada Unidade da Federação divulgar o nome dos ausentes. Qualquer órgão de divulgação faria isso sem ser requisitado e de muito bom grado. Trata-se de 31, 35 ou 50 parlamentares em cada Unidade Federativa; os ausentes devem representar a metade; para divulgar 27 nomes bastam dois minutos no rádio ou na televisão. Esse pedido não é do Deputado Mendes Ribeiro. Estou repetindo

pedidos surradíssimos feitos durante a Assembleia Nacional Constituinte.

Agora mesmo, o Deputado Jorge Ueque, por quem nutro profundo respeito, dizia-me estão tramando o fechamento do Congresso. S. Ex.^a me disse isso ali, na cadeira; eu o digo ao microfone.

Não sei se estão tramando, algo, podem até estar, mas antes de tramarem o fechamento do Congresso nós estamos dando o motivo, porque se não o fecharmos de direito nós o estamos fechando de fato, pois não deliberamos. E não deliberamos timidamente, com medo de quem aqui não comparece.

Vou dar um exemplo, se me permitem abusar da paciência de V. Ex.^a: houve constituintes que não assinaram a Carta porque ficou provado publicamente que nunca estiveram aqui. Mas só ficamos sabendo que nunca estiveram aqui porque isso foi tornado público. Democracia é louvar os méritos de quem vence as eleições e não buscar os defeitos de quem não as vence. Este é o equívoco histórico que estamos cometendo.

Perdão, se desagradar, mas a verdade quando meditada não deve desagradar. Represento apenas o eco de que dizem os colegas mais lúcidos, mais brilhantes e experientes. Talvez por ser mais afoito, ter o pescoço mais curto ou o coração mais perto da boca, eu venha ao microfone e diga o que tanta gente tem vontade de dizer. Estão tramando o fechamento da Casa, estão procurando fazer, pela ausência, com que esta Casa não delibere.

Então, vamos reagir, pedir às Presidências que digam quem aqui não está. Não pretendo votar antes que se cumpra o § 6º do art. 66 da Constituição. Não pretendo votar os subsídios da magistratura, do Legislativo, sem antes votar o salário mínimo. Não tenho condição para isso. Mas não penso que não quero que ganhem. Quero que ganhem bem, porque amanhã vão dizer: “ele não quer votar porque tem emprego.” Realmente, tenho e posso não abandonar minha atividade. Não é este o argumento — digo antecipadamente. Quero votar, mas depois que se votar o salário mínimo, porque esta é a nossa primeira obrigação, em se tratando de salário. E quero acabar com esta história de “faz de conta que agora há **quorum**”. Não há **quorum**. Sabemos que não há **quorum**. E mais, nem para votação secreta, mesmo com a multiplicação dos envelopes, segundo o milagre da multiplicação dos pães. A verdade, Excelências, pode ser antipática, mas ninguém tem a coragem de dizer que não é verdade.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Adylson Motta.

O SR. ADYLSO MOTA (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, membro do PDS, não tenho queixas a fazer quanto ao resultado das eleições, já que meu partido teve um desempenho razoável. No Estado do Rio Grande do Sul, conquistou espaço, sendo, hoje, o segundo partido em número de prefeituras e em número de votos, pensando ser um dos mais fortes do País.

Isto, porém, não impede, Sr. Presidente, que eu aqui faça um registro — até para conhecimento do Sr. Presidente da República — para

que no futuro não ocorra certo tipo de prática lamentavelmente verificada no Rio Grande do Sul.

Trata-se do fato de que a LBA, criada com os mais nobres propósitos, de assistir principalmente à velhice e aos carentes, tenha-se transformado no mais abjeto e execrável instrumento de cambalacho político, fazendo aliciamento e comprando votos, através de distribuição de leite e outros produtos. Neste sentido, gostaria também de fazer uma crítica à Seac. É tão grave o assunto que lá, no Rio Grande do Sul, foi instaurada uma comissão de inquérito para apurar até que ponto houve influência desses órgãos no processo eleitoral do estado.

Quero deixar registrado meu protesto contra tal prática, embora não tenha sido conseguido o efeito desejado por essas entidades, conforme se depreende do resultado das eleições. São fatos, porém, que não podem ser ignorados, em favor da exação e da moralidade administrativa neste País.

Quanto ao outro registro, Sr. Presidente, antecipeu-se o Congressista Mendes Ribeiro. Quero dizer que endosso, em gênero, número e grau, as referências aqui feitas por S. Ex.^a Preocupa-me profundamente a inação do Congresso Nacional no presente momento, pelos prejuízos que causam à sociedade, uma vez que vários órgãos, inclusive os Tribunais Superiores, dependem de algumas leis complementares para desempenhar suas atividades nos novos moldes estabelecidos pela Constituição. Há, por exemplo, a questão do salário mínimo, referida pelo Deputado Mendes Ribeiro, a regulamentação das greves nos setores essenciais e uma série de outros pendentes de regulamentação, para que o País não seja prejudicado.

Se não votarmos em prazo relativamente curto as leis ordinárias e complementares necessárias à plena aplicação do texto constitucional, poderá ocorrer um colapso neste País, dada a falta de instrumentalização por parte dos órgãos públicos.

Era o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, pretendia desistir de falar nesta manhã, mas o Deputado Mendes Ribeiro provocou um assunto de suma importância para o conhecimento desta Casa. Concordo quase totalmente com suas palavras nesta manhã, e muito especialmente quando se refere ao problema da presença efetiva de deputados e senadores nesta Casa. Concordo porque sempre me incluí entre aqueles mais presentes. Há um número muito grande de deputados e senadores que vivem todos os episódios desta Casa, que sofrem e riem; porém, infelizmente, de modo geral são jogados na vala comum quando se quer atingir este Parlamento, porque há, realmente, aqueles que fazem desta Casa apenas um trampolim. Isso é verdade. Acontece que os órgãos de divulgação, de um modo geral, colocam todos no mesmo pé de igualdade, como se todos fossem iguais. Isso não é verdade. Há deputados e senadores que fazem o sacrifício de ir aos seus locais de residência ou de trabalho e voltam todas as semanas. Mas quero ainda lembrar que alguns jornais tiveram,

pelo menos na legislatura anterior e nesta também, durante os trabalhos constituintes, o cuidado de todos os fins de mês apresentar um relatório com o nome daqueles deputados que estiveram presentes, que se pronunciaram e que apresentaram proposições. É o caso do **Jornal do Brasil**, de **O Globo** e, principalmente, da **Folha de S. Paulo**, que foi o mais criterioso. Tenho quase todos os recortes da **Folha de S. Paulo** em casa, no meu arquivo onde se publicava uma relação com os nomes dos presentes e ausentes de São Paulo. Isso foi importantíssimo, porque tivemos um quadro real da bancada de São Paulo, quando presente ou ausente. Infelizmente, a população não viu por esse ângulo, e muitos daqueles que foram os mais presentes, os mais atuantes, os mais lutadores não voltaram a esta Casa.

Assim, quero deixar este registro, parabenizando o nobre Deputado Mendes Ribeiro pelo brilhante discurso proferido nesta manhã e também me associando a S. Ex.^a nessas reclamações.

Quero cobrar, principalmente da grande imprensa, um cuidado no sentido de que os nomes dos sempre ausentes sejam destacados e que os daqueles que carregam esta Casa com dignidade e honradez não sejam colocados na vala comum, porque há muitos deputados, mesmo nesses últimos quarenta dias, que frequentaram esta Casa; e os via aqui quase constantemente, participando de reuniões, ou em seus gabinetes, mas estavam em Brasília carregando com dignidade esta Casa.

Portanto, meus parabéns ao nobre deputado e uma palavra a este Congresso: o Congresso Nacional é nosso. Só quem deve cuidar dele somos nós. Só quem deve ter cuidado com ele somos nós. Não podemos permitir que forças ocultas venham interpor-se no Congresso Nacional. Vamos formar uma grande corrente, uma grande barreira; vamos nos dar as mãos, todos, e erguer bem alto este pendão real que é, sem dúvida nenhuma, o Congresso Nacional brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Wilson Martins) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Salomão.

O SR. DEPUTADO LUIZ SALOMÃO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, inicialmente, quero dizer que apoio o pronunciamento do Deputado Mendes Ribeiro e respaldo sua intenção de pedir verificação de **quorum** nesta sessão, em que se submetem ao Congresso Nacional um enorme número de mensagens presidenciais, de proposições, de decretos-leis, que evidentemente carecem de discussão mais aprofundada.

Destacaria na pauta da Ordem do Dia de hoje, primeiramente, o Decreto nº 2.396, do pacote fiscal do final do ano passado, já reformado por vários outros decretos-leis, que altera a tabela do Imposto de Renda, e, no entanto, não tivemos a possibilidade de discuti-lo nesta Casa. Da mesma forma, o Decreto-Lei nº 2.433, que cria a política industrial no País, o que já tivemos a oportunidade de criticar e combater na tribuna da Câmara e no Congresso Nacional, mas que também não foi discutido. Além desses, há o Decreto-Lei nº 2.434, de 19 de maio de 1988, que concede isenções e reduções no Imposto de Importação para inúmeros setores, exatamente no momento

em que o Governo vive essa crise fiscal aguda, em que o País se debate com enormes dificuldades que são atribuídas ao déficit público. E vem o Governo Sarney distribuindo benesses, favores aos seus amigos, inclusive com isenções e reduções sensíveis no Imposto sobre Importação para os meios de comunicação em geral.

De modo que é extremamente saudável que essa sessão não tenha um caráter deliberativo, porquanto e baixo o **quorum** nesta Casa. Não estão entendendo os nossos companheiros deputados e senadores que se encontram ausentes desta sessão que País arde numa crise gravíssima e que temos de atuar politicamente a fim de encontrarmos as soluções para as dificuldades do País. Não obstante o grave momento, alguns insensíveis estão ainda descansando, depois dos resultados das eleições, e ignoram a necessidade da sua presença, da sua contribuição para a solução dos graves problemas nacionais.

Sr. Presidente, meu pronunciamento era no sentido de apoiar a intenção do nobre Deputado Mendes Ribeiro e declarar que a Ordem do Dia de hoje contém matérias de mais alta relevância, que não podem ser deliberadas por um **quorum** tão baixo quanto o que se oferece nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEUQUED (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Congressistas, a nova Carta elaborada pelos Constituintes deu poderes ao Parlamento. Sempre se disse que o Executivo era irresponsável porque tinha poderes demais e que o Parlamento era irresponsável porque não tinha poder algum. Hoje, o quadro é bem diferente. O Parlamento detém uma soma de poderes que precisa exercer. Não existe poder sem o exercício da sua atividade. A ausência desse exercício deixa um espaço vazio, um vácuo que sempre é preenchido por outras forças.

O que está ocorrendo com o Congresso Nacional é que os poderes que recebeu não estão sendo exercidos. A responsabilidade que tem perante a Nação não está tendo correspondência por parte da ação dos Parlamentares. Nada pode justificar que representantes do povo reunidos em Brasília deixem de examinar a fixação do menor salário que trabalhadores e aposentados vão receber. É um sinal de descaso, de desrespeito, de irresponsabilidade que não fica bem a uma Casa de homens eleitos pelo povo. Não pode o Congresso, sob nenhuma alegação, sob nenhum subterfúgio, deixar de apreciar a fixação do salário mínimo. Não há nada mais importante a fazer, não há responsabilidade maior a ser exercida do que essa fixação. A ausência de Deputados e Senadores para exercerem sua atividade é uma irresponsabilidade que coloca mal a Casa perante a Nação.

Todos sabemos que a democracia tem inimigos, e estes planejam, em primeiro lugar, fechar as Casas legislativas. Deputados e Senadores não podem dar pretexto para mobilizações populares, organizadas pelos inimigos da democracia, contra a vigência desta Casa, contra sua permanência, contra sua honra, contra sua dignidade.

Portanto, Sr. Presidente, o Congresso Nacional e as lideranças políticas não têm autoridade e não podem deixar para fevereiro a votação do

salário mínimo. Deve ser a primeira matéria a ser votada, porque não pode esta Nação ficar olhando deputados e senadores como oportunistas, como irresponsáveis, como pessoas que não têm nenhuma sensibilidade prática para a miséria que trabalhadores e aposentados estão vivendo neste País. O salário miserável que é pago não justifica que deputados e senadores digam que nada têm a ver com isso. São responsáveis, têm poder para mudar e têm responsabilidade para exercer essa atividade.

Esta Casa, Sr. Presidente, sob pena de ficar maculada perante a opinião pública, não pode votar nada se não apreciar a fixação do salário mínimo. Quem não tem competência não se estabelece. O Congresso pediu responsabilidade e poderes, agora tem que exercê-los!

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Bender.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ouvi com muita atenção os oradores que me antecederam. Quero fazer um alerta aos nobres pares e a todos aqueles que, neste País, têm responsabilidade e autoridade.

Quero acrescentar ao que foi dito aqui que o momento é grave e a situação do nosso povo, muito difícil. Vejam Sr. Presidente e Srs. Congressistas que a nova Carta deu inúmeros poderes ao Congresso Nacional, que hoje não consegue reunir número suficiente de Parlamentares para votar matérias tão importantes. As autoridades fazem pouco caso com respeito à situação dramática que vive o povo brasileiro, e os jornais estão a dizê-lo. O próprio pleito eleitoral foi uma prova e um exemplo claro disso. O jornal **O Estado de S. Paulo** publica: "Erundina admite o caminho das armas". E outra manchete diz o seguinte: "Prefeito admite opção de luta armada no País".

Srs. Congressistas, a situação é mais grave do que imaginávamos. É preciso, neste momento, que nos conscientizemos da responsabilidade que assumimos perante o povo que nos elegeu e das conquistas da Assembléia Nacional Constituinte para o Congresso Nacional.

Ao fazer este alerta, quero lembrar a V. Ex^{as}, que peregrinaram antes do pleito pelo interior do País e sentiram à gravidade da situação, que as comunidades estão alertas, dispostas e prontas a lutar, de qualquer maneira, com ou sem armas. Ficamos preocupados e, evidentemente, não queremos isto. Parece-me que desapareceram a própria fé, os princípios cristãos e aquele espírito de fraternidade, de solidariedade e de amor ao próximo. Sinto que a muitos falta alguma força interior, especialmente àqueles que detêm o poder e têm a responsabilidade de resolver a situação, de fazer algo a respeito ou de pelo menos tomar providências. Cabe a nós, especialmente àqueles que a esta altura estão em andanças pela Europa e pelo Japão — pois sabemos que há inúmeros parlamentares viajando às custas do governo, enquanto aqui se clama por suas presenças — prosseguir nos trabalhos parlamentares para que possamos aprovar leis importantes para o País.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, este o alerta que queria fazer. Está aí um jornal que traz notícias de luta armada, e essa eventualidade está um

palmo diante de nós. Sejamos responsáveis ou será tarde demais. Amanhã ou depois não conseguiremos deter a massa humana envenenada, sofrida e preparada, à qual vão aderir aqueles que às vezes não têm os mesmos princípios ideológicos, mas ficam juntos porque a situação assim o determina. Sejamos cada um uma sentinela, para que Deus nos livre de um derramamento de sangue nesta rica Nação, que tem a maior área de terras férteis do mundo, as maiores riquezas minerais e um poço maravilhoso. Não podemos permitir derramamento de seu sangue por causa de inércia e de irresponsabilidade.

Era o que tinha a dizer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, preocupa-me muito essa falta de **quorum** para deliberarmos sobre assuntos de grande importância não só para o Congresso Nacional, como para toda a Nação.

Tive oportunidade, em reunião das nossas lideranças, antes das eleições, de externar meu pensamento no sentido de que o Congresso deveria, logo após ter sido promulgada a Constituição, continuar o seu trabalho para regulamentar os dispositivos da Carta Magna passíveis dessa providência. Temos um compromisso com o povo brasileiro, qual seja o de garantir o cumprimento do que ficou estabelecido na nova Carta. Trata-se, portanto, de um tarefa que deve ser encarada com seriedade.

Tivemos, em decorrência das eleições municipais, um recesso branco, período em que se deixou de aprovar proposições importantes, necessárias à complementação de dispositivos constantes da nova Constituição. O que se viu foi o Congresso Nacional parado. Os deputados, candidatos a cargos eletivos nos municípios brasileiros, deviam ter tirado licença para disputar o pleito. Devíamos, pelo menos três vezes por semana, fazer um esforço concentrado e, assim, dar prosseguimento aos trabalhos.

O mais grave, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é que depois do dia 21 as sessões do Congresso não obtiveram **quorum**. Isso é muito ruim para nós, deputados e senadores. Sabemos ser um Poder desarmado. Há muita gente querendo levar o Congresso ao deboche, inclusive uma área da imprensa, e estamos dando condições para que isso aconteça. Apêlamos para os companheiros no sentido de que aqui compareçam, a fim de que possamos começar o trabalho de apreciação das matérias pendentes e das necessárias à complementação da nova Carta, que o povo tanto espera, e esse mesmo povo veja, no Congresso Nacional, os seus representantes à altura daquilo a que vieram para representar o Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Soyler.

O SR. LUIZ SOYLER (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, há muitos anos Goiás reclama a duplicação da Rodovia BR-153, trecho Goiânia-Anápolis, na extensão de sessenta quilômetros, com uma circulação de dez mil veículos por dia.

No momento em que assinava a ordem de serviço para o início das obras, o Governador Henrique Santillo destacou que "a duplicação resgata um compromisso assumido com as populações de Goiânia e Anápolis, pois, além de melhorar as condições de segurança para o fluxo de veículo, possibilitará maior rapidez no escoamento da produção agrícola e industrial da região".

A providência se impunha há muito tempo, desde que começou a intensificar-se o tráfego de Goiânia, Anápolis e Brasília, sobrecarregando o trecho, que se tornou um dos mais perigosos do País, uma vez que todos os veículos pesados procedentes dos Estados do Sul e Leste, em demanda a Brasília, Pará e o novo Estado de Tocantins, trafegam forçosamente pela BR-153, além da crescente circulação de carros leves.

Ademais, ao longo desse trecho rodoviário vêm-se instalando as mais variadas indústrias, bem como nas cidades periféricas, principalmente Luziânia e Anápolis, com mais de três mil estabelecimentos comerciais e quinhentas indústrias de médio e grande portes.

Pelo convênio assinado entre o Governo de Goiás e o Federal, o DNER repassará seis milhões de cruzados para o Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás, responsável pela execução da obra, ficando a rodovia com duas pistas de rolamento de sete metros de largura cada, além de dois metros e meio de acostamento, com um canteiro central de dez metros de largo, todo gramado e arborizado.

Queremos parabenizar as populações de Goiânia e Anápolis por essa realização, que marcará, definitivamente, o Governo de Henrique Santillo como o que mais realizou pelo desenvolvimento dos transportes no Estado.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Assad.

O SR. MÁRIO ASSAD (PFL — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é altamente auspicioso o fato de poder constatar a existência de empresas públicas cuja performance se mantém num nível elevado, apesar da grave e prolongada crise econômica que fustiga o País. Tal é o caso da companhia Telecomunicações de Minas Gerais, ou Telemig. No seu 26º aniversário de criação, ela é um exemplo de bom desempenho e excelente administração.

Sob a segura orientação de seu presidente, o Sr. Dr. Paulo Heslander Couto, a empresa foi capaz de contornar todas as dificuldades decorrentes de taxas de inflação recordes e do modesto ritmo de investimentos dos últimos anos, dificuldades que permitiram uma margem muito estreita de manobra na gestão empresarial.

Nos brilhantes resultados alcançados, que veremos seguidamente, colaboraram ativamente, além do Dr. Heslander, de liderança expressiva, a vice-presidência, a diretoria assim como o setor de assessoria. Equipe representada pela eficiência dos Srs. Fernando Lúcio Silveira (Diretor de Recursos Humanos), Nestor Francisco de Oliveira (Diretor Administrativo), Otávio Marques de Azevedo (Diretor Técnico), Bernardo Quinto Brasil (Diretor Econômico-Financeiro), Marco Octávio Camargo Teodoro (Assessor de Comunicação Social), Marcelo Abi-Saber... A todos levamos,

pois, nosso louvor, parabenizando-os e manifestando-lhes a gratidão que merecem pela contribuição efetiva ao desenvolvimento de nosso querido estado.

Foram estes homens de escol que colocaram a Telemig entre as cinquenta maiores estatais nas estatísticas elaboradas pelas revistas "Exame" e "Balanço Anual", da "Gazeta Mercantil".

No setor das empresas telefônicas, a Telemig ocupa o quarto lugar, logo atrás da Telesp, Embratel e Telerj. No referente à rentabilidade de patrimônio — 12,9% — a Telemig se classificou em 6º lugar entre as mais importantes estatais. De acordo com seu grau de endividamento — 33% — ela aparece em 12º lugar. Ficou em 6º lugar em termos de lucro líquido, com US\$ 42,6 milhões. Com uma receita de US\$ 206,8 milhões, ela ocupa o 43º lugar. O patrimônio líquido de US\$ 329,7 milhões a coloca na 28ª posição, e a rentabilidade das vendas de 20,6% lhe dá uma privilegiada segunda posição entre as maiores estatais do Brasil...

Este desempenho notável demonstra claramente que o progresso de uma empresa não deriva da abundância de recursos e, sim, da competência gerencial. O êxito foi devido, em grande parte, a uma política mais realista de correção das tarifas públicas, a fim de evitar defasagens excessivamente acentuadas com relação à inflação que repercutiriam no bom funcionamento dos serviços de telecomunicação do estado. Por outro lado, houve uma melhoria e ampliação dos serviços fornecidos, apesar das limitações impostas pela crise da economia nacional.

Resumindo, podemos dizer que a excelente situação da Telemig no **ranking** do setor público foi resultante de vários fatores: preocupação constante com os avanços da tecnologia, planejamento estratégico objetivo, nível de endividamento aceitável, havendo sempre uma estreita relação entre investimentos, recursos e contratações.

Por estas razões, entendemos que a Telemig, no seu 26º aniversário de fundação, merece um registro todo especial nos Anais desta digna Casa, devido ao esforço e à competência desenvolvidos no intuito de manter um bom desempenho no setor público, setor que enfrenta atualmente enormes problemas.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Yunes.

O SR. JOSÉ YUNES (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Congressistas, a OAB de São Paulo tem sido, ao longo de sua história, uma das principais trincheiras de resistência democrática.

Nos últimos dois anos, quando o processo de transição democrática chegou ao impasse de ter que escolher entre o retrocesso ou a consolidação da liberdade, a OAB manteve-se fiel às suas tradições.

Durante toda a Constituinte, a OAB paulista foi uma das entidades que mais marcaram presença, sempre lutando em favor dos direitos da cidadania e do regime democrático pleno.

Muitas das conquistas sociais inseridas na nova Carta nasceram de propostas encaminhadas pela entidade aos Constituintes.

Em nenhum momento, nestes dois últimos anos, a OAB paulista deixou de debater e procurar soluções para os principais problemas brasileiros.

O projeto "Agora Brasil?" foi, sem dúvida, um acontecimento patriótico, do qual participaram lideranças nacionais da estatura de Mário Covas, Leonel Brizola, Luiz Inácio Lula da Silva, Franco Montoro, Dilson Funaro, Fernando Henrique Cardoso, Marco Maciel, Almino Afonso e José Richa. Válida e inesquecível também foi a luta em favor de um mandato de quatro anos para o atual Presidente da República, expressando o manifesto anseio da sociedade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, faço estas considerações para saudar e homenagear o advogado Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, que em 3 de novembro último foi reeleito Presidente da OAB de São Paulo.

Num pleito democrático, os advogados paulistas, classe da qual me orgulho de pertencer, fizeram justiça ao incansável trabalho que Antônio Cláudio Mariz de Oliveira e seus companheiros de Diretoria realizaram em favor da categoria e da própria sociedade.

A valorização e o respeito da profissão foram metas buscadas de maneira incessante e intransigente. As subseções proliferaram por todo interior, ao mesmo tempo em que foram implantadas dezenas de "Casas do Advogado".

A categoria reconheceu todo este trabalho, solicitando sua continuidade através do voto democrático.

Agora o momento é de união de todas as forças e correntes. Neste momento difícil, o País não pode prescindir da contribuição da OAB de São Paulo.

Como Deputado Federal e advogado militante colocome à disposição da OAB paulista para empunhar e desfilar as bandeiras de suas lutas, na certeza de que seus objetivos continuarão sendo a justiça social e a consolidação da democracia no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilson Machado.

O SR. GILSON MACHADO (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Congressistas, tem causado grande estranheza a todos quantos estão atentos ou ligados ao assunto do posicionamento adotado pelo Governo, de alguns meses para cá, com relação às contribuições parafiscais que, até a edição do Decreto Nº 96.022/88 e do Decreto-Lei nº 2.471/88, incidiam sobre o açúcar e o álcool destinados ao mercado interno e que, por força desses diplomas legais, foram transformados em impostos.

A implicação dessa medida vai muito além de uma simples alteração tributária, uma vez que envolve o custeio e administração dos serviços e encargos do Instituto do Açúcar e do Alcool, já que os recursos advindos das contribuições incidentes sobre tais produtos passaram a se incorporar ao assim chamado "caixa único" da administração federal.

Dessa forma, os recursos oriundos do setor sucro-alcooleiro, através do IAA, uma autarquia

federal que se supõe deveria ter autonomia administrativa e financeira, foram, de certo modo, desviados de sua finalidade inicial, a fim de compor o ativo financeiro com que a administração direta da União faz face a seus encargos.

Sabemos perfeitamente que o Instituto de Açúcar e do Alcool, que existe desde 1933, é um órgão dinâmico e combativo, à conta do qual o Brasil tem um sem-número de realizações e melhoras, de produção, produtividade, agilização de comercialização etc.

Além do mais, a arrecadação do IAA era bastante significativa e seu papel de agente de intervenção no domínio econômico vinha sendo desempenhado de forma eficiente, nada havendo que recomendasse sua extinção — como se propalou —, nem o desvio de sua arrecadação.

Destituído de sua capacidade de tributar e arrecadar, fica também o Instituto de Açúcar e do Alcool praticamente impedido de exercer sua função de administrar e fiscalizar seus respectivos serviços e, o que é mais grave, as diversas atividades próprias do setor sob sua jurisdição.

O desvio das contribuições parafiscais incidentes sobre o açúcar e o álcool destinados ao mercado interno, através de sua transformação em impostos, também desviou, de maneira condenável e prejudicial, a gestão do próprio instituto e de seus recursos, até o advento da legislação modificadora, realizada através dos diversos departamentos e órgãos auxiliares, diga-se de passagem, com competência e eficácia exemplares.

O Instituto do Açúcar e do Alcool, como qualquer outra autarquia, exerce atividades típicas de governo e so pode subsistir a partir do momento em que conte com recursos suficientes para financiar suas atividades.

Desejo, portanto, alertar o Senhor Presidente da República para a conveniência de reexaminar esta questão e, a partir desse reexame, **proceder** às modificações necessárias e indispensáveis para que o Instituto do Açúcar e do Alcool possa voltar a desempenhar plena e satisfatoriamente as funções que lhe são atribuídas e das quais se desincumbiu perfeitamente durante os cinquenta e cinco anos que decorreram desde sua criação.

É importante que Sua Excelência, o Presidente Jose Sarney, pudere detidamente sobre as consequências da "operação desmonte", que está sendo posta em prática. Se, de um lado, essas providências são indispensáveis ao saneamento das finanças públicas do País, também é preciso atentar para o fato de que medidas desse porte não podem ser tomadas indiscriminadamente, fazendo com que órgãos, autarquias ou empresas públicas rentáveis e necessárias sejam atingidas, ou que instituições nos moldes do IAA sofram cortes de verbas e interferências em sua autonomia financeira.

Repetindo, a longa e produtiva história do Instituto do Açúcar e do Alcool basta, por si só, para recomendar um reestudo dos motivos que orientaram a promulgação do decreto e do decreto-lei que retiraram do órgão a competência de tributar e arrecadar as contribuições que lhe são devidas e sem as quais lhe é praticamente impossível sobreviver.

Que o Senhor Presidente da República e seus ministros, responsáveis pela tomada de decisões que estão afetando diretamente o funciona-

mento do IAA, estejam cientes da responsabilidade de seus atos, tendo em vista as repercussões indesejáveis que poderão acarretar.

O setor sucro-alcooleiro é importante para a economia brasileira, tanto do ponto de vista do mercado interno, como do externo, bem como por suas implicações sociais, sejam em função do abastecimento, seja pelo enorme contingente de mão-de-obra que utiliza. Mas o Instituto do Açúcar e do Alcool tem sido, no decorrer do tempo, e continua sendo indispensável para o ordenamento do setor, motivo pelo qual desejava que o Presidente Sarney revisse, com profundidade e isenção de ânimo, os decretos governamentais de que já falamos, bem como a política que está recomendando a extinção pura e simples do IAA.

Acredito que milhões de brasileiros agradecerão por isso.

Outro assunto Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Congressistas:

Criada em 1959, a (Sudene) — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — vem desenvolvendo, desde então, importante trabalho visando à expansão da economia nordestina, seja através da intensificação dos investimentos industriais; da melhoria da oferta de alimentos em função do desenvolvimento das atividades agrícolas; ou através da reestruturação geral da economia da região.

Para tanto, a Sudene sempre esteve empenhada em promover um aproveitamento mais racional das terras agricultáveis e a transformação das zonas áridas e semi-áridas, dando-lhes condições de resistirem melhor ao impacto das secas. E, sobretudo, criar condições para um aproveitamento mais racional dos recursos hídricos locais.

Entretanto, no decorrer do tempo, recursos originalmente alocados à Sudene foram desviados para outros fins, em função de uma ótica governamental que só podemos lamentar, pois o Nordeste vem sendo continuamente prejudicado, em virtude da morosidade com que se desenvolvem os diversos projetos de desenvolvimento da área.

Vossas Excelências conhecem suficientemente bem a atuação da Sudene e sabem de tudo o que ela tem realizado na busca da eliminação das disparidades de desenvolvimento com relação às demais regiões do País, de modo que julgo ocioso discorrer sobre as diversas realizações e conquistas desse órgão.

Entretanto, é bom lembrar que a Sudene e, consequentemente, todo o Nordeste já foram beneficiados por uma política de incentivos fiscais, instituída em 1961, mas que, no decorrer do tempo, foi se diluindo devido ao esvaziamento provocado pela extensão desses incentivos a outras regiões do País, por força de legislação posterior, que também contribuiu para transferir ao Governo Federal o planejamento e a coordenação dos esforços da iniciativa privada e do setor público em benefício do Nordeste.

Com isso, a despeito de todos os esforços, o Nordeste continua dependente do Governo central e de outras regiões mais desenvolvidas, sobretudo o Sudeste.

Contudo, a Sudene tem conseguido operar verdadeiros milagres, não obstante o esvaziamento financeiro e administrativo que sofreu e vem lutando com denodo e persistência para inverter o processo de marginalização do Nordeste perante a marcha do desenvolvimento nacional.

Historicamente, sabemos que governos sucessivos impuseram ao Nordeste um destino de dificuldades e marginalização, confiscando recursos, restringindo o poder de planejamento regional e, através da política tributária, aniquilando a autonomia financeira de estados e municípios, que tem resultado em tornar os pobres da região ainda mais pobres.

A oportunidade de reverter esse quadro lastimável surgiu com a Assembléia Nacional Constituinte, perante a qual a Sudene teve desempenho dos mais elogiáveis.

A autarquia, através da Comissão de Apoio à Constituinte, assessorou com brilhantismo os parlamentares nordestinos, orientando-os e informando-os com relação a todos os artigos da nova Carta que poderiam dizer respeito aos interesses da região. A atuação da Sudene no decorrer das discussões e votações da Constituição foi decisiva para que algumas vitórias significativas fossem obtidas. Entre elas, podemos citar a regionalização do orçamento; a transferência de parte dos recursos do IPI e Imposto de Renda para a região e a prioridade de destinação de recursos de irrigação para o Nordeste.

Apesar disso, é essencial que a Sudene permaneça alerta durante o período de elaboração das leis complementares e ordinárias que completarão a obra constitucional, acompanhando, passo a passo, os diversos estágios de discussão e votação desses dispositivos legais, para impedir qualquer retrocesso e consolidar as conquistas obtidas.

Não deve se extinguir, pois, o trabalho de acompanhamento e assessoramento executado durante a Constituinte pela Sudene.

Mais de trezentos dispositivos constitucionais deverão ter sua regulamentação definida através de leis complementares ou ordinárias e, dentre elas, aproximadamente uma centena terá algum tipo de influência sobre o Nordeste, sua economia e sua gente.

Precisamos, portanto, nós, representantes legais da região e os que têm real interesse no crescimento e melhoria das condições de vida e bem-estar do Nordeste, precisamos todos, unidos, permanecer vigilantes e agir com prudência e sabedoria para que não se modifique o espírito da Constituição que acabou de ser votada, espírito esse todo voltado para melhor distribuição de renda, a nível inter-regional, e maior descentralização administrativa.

Para tanto, o Nordeste deve poder contar com a dedicação pessoal de cada um de seus representantes, os quais, por sua vez, não podem prescindir da ajuda e apoio de órgãos como a Sudene, cujo empenho no engrandecimento do Nordeste tornou imprescindível sua colaboração a esta Casa.

Esperamos poder contar com isso.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Macarini.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Srs. Congressistas, a colonização do vale do rio do Peixe e do Alto Uruguai catarinense foi obra de pioneirismo, coragem e muita bravura de gaúchos que, abandonando suas plagas, em-

brenharam-se nas matas catarinenses, à busca de um novo horizonte.

Assim sendo, a “pequena” história dos pioneiros de Concórdia, SC, contada por Caetano Chiuchetta, tem muito ou quase tudo da história de cada município catarinense.

E, numa homenagem a todos os desbravadores daquela região, reproduzo, aqui e agora, a história contada por Caetano Chiuchetta:

No dia 5-1-1925 chegava a Concórdia SC, após dias de viagem no lombo de um burrico, que teve início em Erechim RS.

O jovem de 23 anos, filho dos imigrantes italianos José e Carolina; este jovem chamava-se Caetano Chichuetta. Caetano trazia 1:080\$000 (Hum Conto e Oitenta, Mil Réis), em dinheiro da época e uma meta; trabalho e felicidade. Caetano trabalhou e foi feliz, graças a boa saúde que Deus lhe deu.

Junto com Caetano veio um moço paulista residente em Erechim; que era o Sr. Valentim Simonato e que mais tarde casaram com duas irmãs:

Ítalia e Colombina (Tia Pina), mais tarde veio a terceira irmã, que era Malgri, esposa de José Colombo. Aqui encontraram o Sr. Fernando Silveira, encarregado dos negócios da Empresa Mosele, a colonizadora, da cidade de Concórdia, aqui já residiam os srs: João Citadela e Cesar Brasil Bueno e Joaquim Barroso entre outros.

Ao chegar, Caetano foi ver como era o serviço na estrada de rodagem, que tinha o Sr. Citadela como capataz. As estradas eram abertas pela Empresa Mosele; o preço por metro corrido era de quatrocentos réis nas retas, e seiscentos réis nas curvas, sendo que nas curvas deveriam ter seis metros de largura. A Empresa emprestava as ferramentas, para tais serviços, tais como: enxada, e carrinhos de mão. Caetano achou pouco e convidou o Sr. Valentim Simonato para montarem juntos comércio isso é, um “bodegão”, onde se venderiam um pouco de tudo, comércio em geral, além de restaurante, hotel, padaria, mais tarde o Sr. Valentim voltou a Erechim, somente anos depois é que veio novamente trabalhar com Caetano.

Caetano montou a primeira padaria de Concórdia, o construtor do forno foi o Sr. Lourenço Bordignon. Este bom carpinteiro, e ela sua esposa benzedeira, era quem na época fazia as curas com ervas, e remédios caseiros. A comida mais procurada era; pão, salame e vinho.

Caetano adquiriu dois terrenos situados onde hoje está o prédio dos correios e telefones e a casa do Sr. Adolfo Bósio, e lá fez a construção que montou com o auxílio de Adolfo Schiavini e Pedro Golfi. O Sr. Fernando Silveira, da companhia Mosele, autorizou Caetano a derrubar os pinheiros que desejava e nada custando. A casa, tinha a cobertura, de madeira, isso é tábuas e tabuinhas. Tudo era manual, desde o corte da madeira, até a confecção das tábuas e tabuinhas para cobertura. Tudo era na base de serrote e machadinha.

Para a construção da casa (rancho) levou, aproximadamente dois meses e assim em

princípios de abril de 1925, estava em condições de ser inaugurado.

Desta forma Caetano iniciou, o meio da vida que sempre exerceu até se aposentar.

As mercadorias para abastecer na bodega ia buscá-las em Marcelino Ramos, em cargueiros, em lombo de burros, adquirindo-as na firma Pagnocelli, a mais poderosa da região.

Foi para Marcelino Ramos com tropa de mulas tendo no comando o Sr. Vitor do Prado (Filho de Superino Rodrigues do Prado). Na ida levava erva-mate, que venderam ao Sr. Formigheri. A viagem durava três dias: um dia para ir, um dia ficavam em Marcelino Ramos e o terceiro dia era para voltar. O início da jornada era as quatro horas da madrugada. O Sr. Chico Fonte era o fiscal interestadual do lado de Santa Catarina e o rio Uruguai, passava-se a balsa.

Caetano foi o terceiro comerciante a se instalar em Concórdia, o primeiro foi o Sr. José Teleschi, a casa também era de madeira (bracatinga) onde hoje está o Estádio Municipal de Futebol e a estação rodoviária. Os caboclos chamavam de bodega de paupique.

Os segundos comerciantes foram os Srs. Pedro Golfi e Emilio Sampietro, que após dez anos de atividades venderam para a firma Bernardi; até a década de 60 era a Casa Bernardi de Alberto Schnitzer.

Pedro Zandonai tinha uma serraria, onde hoje é a Vila Pinhal, Caetano adquiriu aí alguma madeira para a construção de sua casa.

Quando a Empresa Mosele iniciou o loteamento deu o nome de sede Concórdia. Pois Concórdia até 1925 era conhecida como "rio dos Queimados".

A origem do nome? ... como lenda... diz-se que na época de José Fabricio das Neves, queimou vários jagunços e os lançou no rio. Como verdade é que as queimadas de matas eram lançadas no rio daí o nome dos queimados. "Os Moselles vieram de Caxias do Sul RS, e a grande maioria dos imigrantes que aqui chegaram eram gaúchos. Os contratos de compra e venda eram feitos aqui, mas os pagamentos eram feitos em Marcelino Ramos, onde tinha casa Bancária, era o banco Pfeiffer, onde era gerente o Sr. Anselmo Lermem, primo do Sr. João Wittée que foi o 3º gerente do banco Inco de Concórdia dos anos... 1946/1956. Por isso os Moseles residiam em Marcelino Ramos; aqui também aceitavam pagamentos, com menos frequência.

Alguns tempos após a vinda de Caetano também veio residir aqui o Sr. José Bordim, casado com a Srª Leocadia (falecida), o Sr. Bordim anos após foi residir em Bela Vista, tendo em vista as águas lá serem melhores para o seu ramo que é de couros.

O Sr. Bordim sempre foi ligado a Caetano pelas boas relações de amizade e negócios, ainda hoje continuam as ligações entre os filhos.

Em 24 de maio de 1930, Caetano Chiuchetta casou com Itália Fontana e desta feliz união nasceram os seguintes filhos:

Oswaldo 24-3-31, casado com Shirley Tezinhina, tem 5 filhos e reside em Maringa PR.

Ida 11-7-33, casada com Sylvio Puntel, ele advogado militante em Blumenau SC, e com duas filhas. A mais velha casada com Sr. Celso Schmidt, funcionário do Banco do Brasil S/A, deu a Caetano e Itália o primeiro bisneto de nome Ricardo.

José 30-10-34, casado com Geni Furlanetto, tem 2 filhos e reside em Concórdia SC.

Oscar Antônio 6-1-39, casado com Maria Helena, tem 2 filhas e reside em Maringá PR.

Salete 9-4-43, solteira, reside em Porto Alegre RS.

Antônio Carlos 16-6-50, solteiro, reside em Dois Vizinhos PR.

A primeira professora e Itália (esposa de Caetano), foi a Srª Maria Guinther, mãe do Dr. Geraldo Guinther, o mais antigo advogado da cidade, hoje seus filhos continuam a brilhante carreira do pai.

Nos anos de 1910/24, eram os padres capuchinhos da cidade de Palmas — PR, que vinham rezar a missa na região de Concórdia. O mais lembrado é Frei Solano, que vinha cada três meses: batizava, confessava, fazia a primeira comunhão e casava, tudo por "atacado" na mesma viagem. Nesta época as cidades eram Vacaria e Passo Fundo — RS, Lages e Campos Novos em SC, Palmas e Guarapuava no PR, destas a que teve maior progresso foi Passo Fundo, por ter a estrada de ferro. De 1924 em diante eram os padres franciscanos da estação de Barros (hoje Gaurama — RS), que faziam a região de Concórdia no Santo Ministério de Deus. O mais querido para a família Chiuchetta foi Frei Francácio que celebrou o casamento de Caetano e Itália, com ele vinha Frei Justino. Quando da chegada dos Ministros de Deus, aqui sempre realizado uma grandiosa festa, pois o povo de Concórdia sempre foi um povo devoto e temente a Deus.

Na época do casamento de Caetano e Itália, a igreja não estava totalmente pronta: isso é, só existia o "coro da igreja". A igreja propriamente dita foi iniciada em 1926 por Frei Francácio. O mestre de obras foi o Sr. Adolfo Schiavini (que faleceu no ano de 1970). Pelos anos de 1928, como colaboradores, isso é fabriqueiros tivemos; Caetano Chiuchetta, Valentim Simonato, Pascoal Rotta, José Teleschi, Pedro Golfi, Emilio Sampietro, Natalim Zampierom. E em 1928 estava pronta a primeira igreja de Concórdia, que mais tarde foi substituída por uma bem maior de material, cujo fabriqueiro Caetano Chiuchetta também deu todo apoio e colaboração e como construtor-engenheiro foi o Sr. Leônidas Fávero. Em 1970, a terceira igreja foi demolida para surgir a atual, que teve a testa da Comissão central o Sr Remy Fávero, filho de Leônidas Fávero, o construtor da primeira de material. Caetano já aposentado e residindo em Balneário de Camboriu, mas ainda enviou de lá sua colaboração, como sempre fez com as igrejas anteriormente construídas.

Na cidade de Concórdia, o primeiro prédio de alvenaria a ser construído em Concórdia, foi a casa Bernardi de José Primo Bernardi, onde hoje funciona o Supermercado do Lar do Sr. Alberto Schnitzer, que é genro de J.P. Bernardi. A segunda casa de alvenaria foi construída por Caetano Chiuchetta no ano de 1944, na esquina da Praça da Bandeira (hoje Dongelo Goss) esquina das ruas Mal. Deodoro, com Leonel Mosele e que atualmente ainda está no local, e ainda hoje pertence ao Sr. Caetano Chiuchetta, e o construtor desta casa de (2) pavimentos foi o Sr. Leônidas Fávero.

Em 1926, o Sr. João Citadela delineou e traçou a praça da Bandeira. O atual aspecto foi dado na administração do Prefeito Sr. Luiz Suzim Marini, Sr. Ramí Fávero e outros.

O cobrador de impostos municipais de Concórdia morava em Esteves Junior, chama-se Fredelino dos Reis, e vinha a cavalo até Concórdia para fazer a cobrança dos impostos municipais. Quanto aos impostos estaduais, eram pagos na cidade de Cruzeiro (Joacaba), o nome do coletor era Eurico dos Reis. Caetano era quem ia para Cruzeiro pagar os impostos de toda a comunidade Concordeense. Caetano também foi o primeiro Juiz de Paz Distrital nomeado pelo então interventor federal no Estado de Santa Catarina, cuja Fac-Simile do original está na página seguinte.

Caetano Chiuchetta como Juiz, além de outras tinha a incumbência de cada três meses ir para Cruzeiro levar os nomes para registrar, tais como, nascimentos, ou falecimentos e outras ocorrências.

A estrada para Cruzeiro (Joacaba) era: 1) Linha dos Bindas lá morava o sr. Frizon com uma casa de pasto, naquela localidade.

Depois se chamou no Bonito, e hoje Tiradentes, passava por Dois Irmãos hoje (Presidente Castelo Branco).

2) Sede dos Poyer (hoje Jaborá) onde se dormia, para o dia seguinte atingir Cruzeiro. Ficava-se lá um dia para os negócios, e mais dois gastos para a volta. Costumeiramente acompanhava o Sr. Caetano os Srs. Antônio Fanna e Benjamim Mioranza; a viagem era feita em lombo de burrico mais tarde a cavalo. O intendente de Cruzeiro era o Coronel Mayer, o território de Cruzeiro ia até o Barracão da Argentina. Algumas vezes Caetano ia para Cruzeiro pela estrada de ferro, cujo itinerário era, feito em lombo de mula até a estação Uruguai, onde deixava o animal no Hotel Montecilli, para no dia seguinte chegar a Cruzeiro de trem.

Mais tarde Caetano levava produtos da colônia para Marcelino Ramos, de carroça, sempre dirigida por Vitor Prado: levava arroz, feijão, trigo e trazia mercadorias para a bodega como, sal, açúcar, querosene, fazendas etc..

No ano de 1935, adquiriu um caminhão Internacional Harvest, conhecido como "Um de Trinta", foi um grande progresso trocar as mulas pelo caminhão. Logo o Sr. Valentim Simonato, sócio e cunhado, aprendeu a dirigir. Com a chegada da segunda grande guerra a gasolina foi racionada e inventaram o

gasogênio. Os caminhões foram adaptados para gasogênio. Sábria e oportuna medida adotada na época. Caetano também transformou o seu internacional "D 30" em gás pobre. Nos fundos dos lotes de Caetano, onde hoje funciona o Supermercado Coopédia era cortada madeira para ser queimada como combustível.

Aí também era o local das estrebarias de mulas, oito ao todo. Pois para a colônia ia-se de carroça buscar os produtos que após eram secados e abanados, após eram acondicionados em sacaria boa, com peso certo e enviado para a Estação de Uruguai em caminhão para tomar o trem para Porto Alegre ou São Paulo.

No ano de 1945, fundou a firma Caetano Chiuchetta Cia., Ltda., com capital de trezentos contos, assim distribuídos: Caetano duzentos contos, e para seus cunhados Valentim Simonato e Paulino Fontana coube uma quota de cinquenta contos para cada um; em 1950 foram incluídos na firma Oswaldo e José, filhos de Caetano e Sady, filho de Valentim. Em 1958 transformou para Sociedade Anônima onde tomaram parte as esposas e outros filhos.

Pelo ano de 1948 Caetano adquiriu na Estação Uruguai um armazém para receber e despachar as mercadorias da firma, para os grandes centros do País, que faziam uso da estrada de ferro. O motorista da firma Caetano Chiuchetta Cia., Ltda. Na época, era o Sr. Zelindo Primo o caminhão "K 5" Internacional. O Rio Rancho Grande passava-se por balsa, hoje é um riacho. Outra balsa a ser passada era a do rio do Peixe, na localidade de Volta Grande.

Nos primeiros anos todos os moradores andavam armados de revólver na cintura e a maioria tinha um fuzil, e mosquetão em casa. O fornecedor das armas era o Sr. Fernando Silveira, para a garantia dos moradores de Concórdia. Quando aqui chegou a Tenente Telles de Menezes, fez uma coleta dos fuzis, e pediu para o povo "esquecer" o revólver em casa.

Em São José morava o Sr. Rossetto, fabricante de vinho, e que também importava vinho do RS. O vinho era vendido em barris (bordalesas) de duzentos litros.

A estrada de Concórdia até Rancho Grande foi feita pela Empresa Moselle pelo ano de 1926/27 os capatazes-construtores foram os Srs. Domingos e João Fontana. Os empreiteiros eram os Srs. Antônio Alcides também chamado Alcides Teixeira, Alcênio Favassa, que com as turmas de caboclos, abriam picadas (estradas para mulas) e carroças.

A estrada de Concórdia para Arabutã foi aberta em 1930. A estrada de Concórdia para Ipumirim também foi aberta em 30, por Domingos Fontana, vindo de Antônio Prado com os filhos Eugênio (hoje), Juiz de Paz de Concórdia, que por várias décadas foi o proprietário da ferraria. Atilo ainda comerciante na rua Mal. Deodoro, e mais Dante, Joaquim e Vitória, estes já falecidos. Caetano era fornecedor dos ranchos (viveres) para o empreiteiro Domingos Fontana.

Ipumirim teve os seguintes nomes: rio Bonito, rio Branco, Harmonia e finalmente Ipumirim.

Arabutã já teve os seguintes nomes: Pipocas, Nova Germânia, que durante a Segunda Guerra mudou para Arabutã, pois quem falava alemão era considerado inimigo da Pátria e preso.

Nova Milano teve que mudar de nome para Seára quando o Brasil declarou guerra ao eixo Berlim—Roma.

Xavantina chamava-se Anita Garibaldi.

A localidade de Adolfo Konder assim se chamava, porque quando o Governador Adolfo Konder, numa viagem para Itá e daí para o RS, pernoitou no povoado, a desta data em diante deram seu nome. Assim como DESCANSO, no extremo oeste do estado tem esse nome porque Luiz Carlos Prestes parou lá com sua coluna por vários dias para descansar.

Gregório Mioranza, era o corretor (vendedor) da empresa Moselle que pela região de colonização italiana do Rio Grande do Sul, isso é Nova Prata, Nova Bassano, Caxias, Antônio Prado, Guaporé e Adjacências, agenciava e para cá trazia futuros compradores das terras de Concórdia. Trazia até Marcelino Ramos num caminhão "Ford Bigode", e depois vinham de carroça, ou, em lombo de burro, trazidos pelo capitão George até a casa de pasto ou hotel de Caetano, aqui em Concórdia.

Até 1945 a prefeitura municipal funcionava numa casa velha de madeira, ano em que foi construída uma de alvenaria onde até hoje, funciona a prefeitura.

O Sr. Prefeito atual, Ivo Frederico Reich, está construindo uma nova de alvenaria que ficará pronta para o Natal de 1981. Todas ficam no mesmo terreno da primitiva.

Até o ano de 1925 a parteira de Concórdia chamava-se Idalina e morava em Frágoso, bem como o curador "médico" que era o Augusto Frágoso, que receitava remédios de erva. Tanto Idalina como Augusto jamais deixaram de atender um chamado, quer tempo bom ou chuvoso.

Como moravam em Frágoso sempre vinham a cavalo, que na época era muito longe, devido às péssimas picadas.

Em Suruvi também tinha um curador de nome Arnaldo Ferreira.

O primeiro farmacêutico de Concórdia (SC), foi o Sr. Furtado, com farmácia perto dos correios velhos (hoje prédio Michelin) o 2º foi o Sr. Kurt Schulmann. Em 1940/1941 com a vinda do Dr. Napoleão Dequech (farmacêutico formado pela universidade), o Sr. Kurt vendeu tudo ao Dr. Napoleão, e foi para Água Doce (SC).

Os primeiros médicos foram, isso é, eram dois irmãos; foram os irmãos: Kutim. O 2º médico foi o Dr. Alberto Gavilom, que era do Hospital São Pedro onde o ecônomo era o Sr. João Furlanetto que hoje tem dois filhos médicos, o Dr. Franqueline, clinicando em Joinville (SC), e o Dr. Mauro Furlanetto, oftalmologista em Concórdia. Pelo ano de 1945, Dr. Gavilom deixa Concórdia e vai para Porto

Alegre onde abandona a profissão para dedicar-se ao ramo de tecidos com uma loja na Rua da Praia. Faleceu em 1975. Em 1940, veio para Concórdia, o Dr. Tácito Diomar Kraemer que ficou até 1960 trabalhando com muito amor e dedicação pela comunidade concordiense (sempre foi o médico da família Chiuchetta), quando transferiu residência para Porto Alegre. Hoje presta excelentes serviços na Santa Casa da Capital Gaúcha.

O primeiro hospital de Concórdia foi o São Francisco, construído em 1926, de madeira. No mesmo local com o mesmo nome, está o atual de alvenaria. Atualmente construindo uma nova ala. Frei Mainolfo foi o baluarte pela construção do atual hospital. Cada cidadão que contribuía com 40 contos tinha seu nome imortalizado com uma placa, no alto de um quarto.

Caetano Chiuchetta também tinha o seu nome lá, num quarto que ficava na parte superior à direita.

Até o ano de 1960 todas as plaquetas eram cuidadosamente conservadas no alto das portas porém alguém esquecendo as recomendações de Frei Mainolfo mandou tirar as placas. Alguém que por certo queria apagar o que seus predecessores fizeram, mas a memória não se apaga.

O engenheiro-construtor do Hospital São Francisco, bem como de todas as principais obras de Concórdia foi o Sr. Leônidas Favero. As irmãs da Ordem de "São José" cuidavam do Hospital São Francisco.

Também as irmãs desta Ordem construíram um colégio de madeira com o nome de "Colégio São José", onde hoje está a residência do Sr. Zottis e a sorveteria do Sr. Vicco.

Pelos meados da década de 50, construíram um prédio de alvenaria com o apoio de toda a comunidade concordiense, sendo que Caetano Chiuchetta doou parte do terreno. Dez anos mais tarde o colégio foi vendido para o Estado de Santa Catarina, pela fortuna (da época) de seiscentos milhões de cruzeiros. As freiras do colégio foram embora e ninguém até hoje viu uma placa sequer com o nome dos benfeitores.

A geração concordiense que nasceu nos anos 1925/1950 por certo foi atendida, tratada ou benzida pela Sr. Belmira Bordignon. Belmira pelo tanto que fez, despretenciosamente pelo povo, deve ser lembrada.

Além de costureira, parteira, farmacêutica, era conselheira da população de Concórdia.

Tinha como esposo o Sr. Lourenço Bordignon, primeiro carpinteiro de Concórdia e foi quem construiu o primeiro forno da primeira padaria de Concórdia, de propriedade de Caetano Chiuchetta, Bordignon morava onde hoje estão as residências dos Drs. Darci Sette e Dr. Hugo Pretto.

O rio Suruvi, tem este nome, tendo em vista a abundância de peixes, que nele existiam com este nome. Este peixe vinha do rio Uruguai.

Rio Jacutinga: porque tinha muita jacutinga.

Rio Tamanduá: tinha grande quantidade de tamanduá, nas imediações;

Rio Rancho Grande: por causa de um rancho de taquara, ali existente e de propriedade do Sr. Theodoro Hollman, imigrante e comerciante alemão.

Lageado Tigre Velho: perto da atual oficina Magnani morava o "velho Tigre" Sr. Matias Ribeiro da Luz. Ver mais adiante.

Lageado Sabão: entre as propriedades de Caetano Chiuchetta e Eugênio Fontana existia um rio onde as mulheres lavavam roupa; daí o nome de Lageado Sabão.

Hoje só tem um filete de água.

Rio Castilho: na linha Squiavini, lá morava um "curador" de nome Castilho.

Lageado Paulino: lá morava o Sr. Paulino, daí o nome de Lageado Paulino.

Lageados Fragosos: morava a família Fragosos.

Lageado Quirino: morava a família Quirino.

Em 1927 procedente de Sananduva, RS, chegou o Sr. Antônio Rech e foi morar em Lageado dos Pintos, hoje Linha Salete. Logo após a chegada, a esposa morreu de parto.

O enterro foi feito em Concórdia com a presença dos Srs. Caetano Chiuchetta, Pascoal Rotta, Valentim Simonatto, Domingos Detoni e Eduardo Ceccato. Chovia muito, o velório foi feito debaixo de uma barraca de carroça.

O primeiro cemitério de Concórdia, ficava nas proximidades do atual Estádio Municipal de Futebol, perto da família Detoni. O segundo cemitério ficava na Rua 29 de Julho, nas proximidades da loja de Nelson Fontana (falecido) e em frente a família Weiss.

O terceiro cemitério ficava na mesma rua um pouco adiante de onde hoje estão as casas dos operários do Sr. Jacob Biezus, em frente a família Baramaquer. O quarto cemitério é onde está hoje. Sendo o primeiro enterro, neste, da menina Nelci, filha de Dante e Catarina Fontana. Quem preparou a cova foram os Srs. José Colombo e Eduardo Ceccato.

Em 1927, o primeiro comerciante de Alto Alegre, (hoje Kenedy) foi o Sr. Luiz Zago, irmão de Mateus, que também foi comerciante em Concórdia até 1953. O Sr. Luiz Zago pouco vinha para Concórdia devido às péssimas estradas, era mais fácil ir para Nova Itália (hoje Mariano Morro), RS. No ano de 1951, transferiu residência para Volta Grande e Uruguai, faleceu na década de 60. Luiz comprou o armazém de Caetano na estação Uruguai. Agostinho Zago, filho de Luiz hoje reside em Palotina — PR, onde é um próspero comerciante, industrial e fazendeiro. O primeiro morador de Alto Alegre foi o Sr. Dante A. Parcianello.

O primeiro comerciante de Castelhanos foi o Sr. Joaquim Verna.

Em 1927 foi instalado o primeiro moinho (tafona, movido a água) do Sr. Vitorio Barbieri localizada onde hoje é a oficina de móveis Venzon, no Bairro São Paulo. A primeira serraria de Concórdia foi a do Sr. Angelo Grando, localizada onde hoje está a Rádio Rural. Ao lado foi instalado o segundo moinho de

Concórdia, dos Srs. Guerino Bonotto, Angelo Grando, este sogro do Sr. Rafael Missio, também pioneiro de Concórdia e ainda reside aqui e sempre foi muito amigo de Caetano.

Em 1927, o primeiro comerciante de Laranjeiras (hoje Planalto) foi o Sr. Luiz Decarli que vendeu para o Sr. Jeremias Michelin.

O primeiro comerciante de Alto Surubi, hoje fica nas margens da BR — Transbrasiliana, foi o Sr. Guido Zanini.

O primeiro comerciante de Sede Surubi foi o Sr. Amadeu Chiuchetta (falecido), irmão de Caetano Chiuchetta e que na década de 50 transferiu residência e negócios para Jacutinga. Amadeu deixou três filhos: Darci, Oswaldir e Neli.

Ipumirim: os primeiros moradores foram os Srs. Angelo Magnabosco e Vitorio Fontana.

O primeiro açougueiro de Concórdia foi o Sr. Sebastião Guri, localizado onde hoje é a Vila São José. Ele carneava só nas sextas-feiras e trazia a carne no dia seguinte. Só vendia carne em pedaços grandes ao preço de 40 réis o quilo.

O primeiro seleiro foi o Sr. Nazareno Brusco que mais tarde também colocou açougue no mesmo local, na Rua Dr. Maruri, onde sempre morou até a morte, em fins dos anos 70.

O primeiro caminhão que entrou em Concórdia foi o do Sr. Ervino Besthel (falecido) e que também foi sócio dos Srs. Boff e Magarinos, proprietário da AMIL (revendedor Ford). Ervino puxava erva-mate de Arabutã para Marcelino Ramos. Esta erva pertencia ao Banco Pelotense. Em Arabutã, no rio Jacutinga, a balsa era puxada por um cabo de aço, isso é, não existia remo ou bote a motor para empurrar a balsa.

O primeiro ônibus foi o do Sr. Erimenegildo e o segundo ônibus o do Sr. Arurêlio Dalla Costa. O primeiro fabricante de refrescos (gassosa) foi o Sr. Antônio Amadeu Vicari. O segundo gasozeiro (ano 46) foi o Sr. Xisto Francischini, falecido em 56 de tétano ao abrir uma lata.

Em 1917, existia aqui um caboclo de nome José Maria de Jesus, que se dizia monge e "Santo". O Coronel José Fabricio das Neves, vendo nele uma ameaça ao seu prestígio e para tirar a "limpo" essa estória de santidade, mandou prender o monge-Santo, José Maria de Jesus, fez uma cova, amarrou as mãos e os pés com uma raiz chamada Pururuca e queimou-o vivo, pedindo que ressuscitasse ao terceiro dia...

Em 1927, na linha Fragosos ocorreu o seguinte fato: foi uma santidade de seis famílias; faziam procissões e rezavam; o pai de uma moça, acreditando em seus poderes, matou a própria filha de dezesseis anos cobrindo-a com gravetos e esperando a ressurreição ao terceiro dia. Com o passar dos dias o corpo, exalando mau-cheiro, chamou a atenção da população, e o quartirão (delegado) prendeu a todos.

O primeiro carcereiro de Concórdia foi o Sr. Arsênio Favassa. O segundo foi o Sr. Antônio Silva (conhecido por Paciência). Por volta de 1930, havia um preso que fazia mol-

duras dentro de vidros de boca larga, durante o dia, e, à noite fazia o mesmo barulho abrindo um buraco no chão da cadeia por onde fugiu mais tarde. Para não ser notado colocava um colchão em cima do buraco. O soldado da época era o Sr. Antônio da Silva, hoje reside em Joinville com o filho Sr. Miguel.

Em 1928, Atilio Fontana, o comerciante da rua Mal. Deodoro, parente de Itália, esposa de Caetano Chiuchetta, jogou cartas toda a noite com os Srs. João Maria Castilho, Vergílio Castilho e José Luca. Ganhou 150 mil réis. No dia seguinte, com este dinheiro, foi na empresa Moselle e comprou o terreno onde mora e trabalha até hoje, em frente ao supermercado da Coopêrdia.

Em 1927 morava em Faxinal do Irani, Jacinto Jassom, criador de porcos. Tinha um porco tubiano que capou com seis meses, depois o porco sumiu para o mato. Após cinco anos, o mesmo porco foi encontrado no pinhal. Após matá-lo pesou 700kg, e o couro que pesou 80kg, foi adquirido pelo comerciante Caetano Chiuchetta.

Em 1930, o primeiro comerciante de Itá foi José Sponchiado. O segundo foi Pedro Paludo, que foi também o primeiro prefeito de Itá.

Em 1928, em Serrinha (na época era Belvedere), o colono João Cavaliere tinha um agregado, mulato, de nome Eugênio. Certo dia estando a malhar feijão (o feijão era malhado com um pau chamado mangoa), Eugênio atacou o patrão com a mangoa, matando-o, cobrindo o morto com galhos de árvores. Foi para casa, pegou o revólver e matou também a mulher deste; restava o filho de um ano, que colocou no berço, com uma tigela de água e um pedaço de polenta. Vestiu a melhor roupa (fatiota) do patrão e fugiu. No dia seguinte uma vizinha, ao levar uma cesta de uvas, deparou com a comadre morta e o filhinho aos prantos. Como o marido não estava, a culpa do crime recaiu no mesmo. O cachorro cuidava da criança e latiu no local onde estava o marido morto. Mais tarde chegou-se à conclusão, só poderia ter sido Eugênio, que dias depois foi localizado e preso em Sertãozinho por João Teixeira Albuquerque.

Em Tamanduá, tinha um quartirão (delegado) chamado João Linkes, que achava atrazo de vida prender malfeitores: por isso matava-os "dentro da lei".

Os três primeiros Juizes de Direito de Concórdia, pela ordem, foram: Dr. Augusto Lustosa de Freitas, o 2º, Dr. Arno Pedro Hosehl e o 3º, Dr. Ricarte de Freitas.

Em 1925, os primeiros fornecedores de banha, salame e toucinho para Caetano Chiuchetta foram os Srs. Edmundo Cepa, morador em Barra Seca e o João Dalberti, morador em Alto Engano. Vinham com tropa de mula trazer estas mercadorias, e na volta levavam mantimentos e ferramentas para a lavoura.

Em 1925, Jacob Provenci morava na barra do Jacutinga com o rio Uruguai e toda semana trazia peixe fresco. Sempre tinha peixe à disposição porque fazia uma mangueira

com taipa de pedra bruta dentro do rio, onde passa a água mas o peixe entra e não mais consegue sair, pois fica ilhado.

Em 1925, Santo Campagnollo, morador do rio Pinhal, era o fornecedor de milho (fubá) branco e amarelo.

Em 1935 surgiu a primeira idéia da formação de um frigorífico no florescente Município de Concórdia, recém desmembrado em 1934 de Cruzeiro, (hoje Joaçaba).

Foi o Sr. André Antônio Marafon (ainda morador de Nova Bassano-RS, onde seu pai tinha um frigorífico e que aqui viera ver as terras da empresa Moselle) que deu a idéia, argumentando que a cidade só iria para frente com um frigorífico para industrializar a grande quantidade de suínos já existentes aqui, naquela época. A comissão para a procura do melhor local, formada em 1937, foi a seguinte: Segundo Dalla Costa, Pascoal Rotta e Caetano Chiuchetta.

Caetano Chiuchetta opinou onde hoje está a atual rodoviária. O Sr. Dalla Costa queria onde é a Vila São Miguel, pois as terras ali pertenciam ao pai do Sr. Segundo. O Sr. Pascoal Rotta indicou onde hoje está localizada a Sadia, pois toda aquela área era do Sr. Pascoal. Levado os três locais para a votação dos futuros quotistas os Srs: Albino Busatto, José Primo Bernardi (dono da Casa Bernardi), Leonel Moselle, Caetano Chiuchetta, Segundo Dalla Costa e Pascoal Rotta, André A. Marafon e Luiz Zago. Foi escolhido o local indicado pelo Sr. Rotta. Nessa época Caetano Chiuchetta tinha um pequeno matadouro particular onde hoje estão os correios e telefones e a casa do Dr. Neudi Massolini. Caetano matava cerca de vinte porcos e um boi por semana, para atender as necessidades dos colonos que a empresa trazia para mostrar as terras, e para atender as turmas de trabalhadores de estrada. A própria empresa Moselle indicava a bodega, padaria e restaurante de Caetano Chiuchetta. Escolhido o local, a construção começou em 38/39 que sendo o construtor foi o Sr. Leônidas Favero. O Sr. Leonel Moselle trouxe de Bento Gonçalves o Sr. Favero para a construção do frigorífico e moinho. Leônidas morava onde r. Sabi, na Rua do Comércio, esquina com Mal. Floriano, e a mata era tão intensa, e o lamaçal tão grande, que o nosso jovem construtor sempre ia ao local de trabalho a cavalo e armado com uma espingarda. A maioria dos tijolos empregados na construção saíram da olaria do Sr. Vitorio Mortari (na época locada, onde hoje é a Ser Sadia). A areia era de pedra britada por falta de estrada para ir até o rio Uruguai buscá-la. O ferro, telhas, cal e cimento vinham pela estrada de ferro.

1944: o primeiro porco cameado no frigorífico sob a orientação do Sr. Atilio Francisco Xavier Fontana (Sadia) foi pelo Sr. Vitorio Galiazzi, primo de João Galiazzi, este cunhado de Caetano Chiuchetta. Vitorio veio da linha XV, Município de Casca (RS), onde o Sr. Atilio Fontana comprou a maquinária e ferramentas de um frigorífico, que encontra-

va-se em dificuldades econômicas, e deixara de trabalhar.

Era de um português que pediu falência na época do Banco Pelotense. O Sr. Vitorio veio junto com o acervo, como especialista em matança de suínos.

No dia 18-4-81 Caetano Chiuchetta, João Furlanetto e Oscar Antônio Chiuchetta visitaram o Sr. Superiano Rodrigues do Prado, o primeiro morador com a esposa a entrar em Concórdia pelo ano de 1900. O Sr. Superiano hoje 1981, conta com mais de 100 anos de idade.

Está casado de primeiras núpcias com Mercedes Francisca da Rocha (ainda viva) hoje com mais de 90 anos.

Tiveram 12 filhos, sendo 10 ainda vivos. Superiano nasceu em Soledade (RS). Hoje mora na terra (sítio) do Sr. Bruno Fontana. Superiano era gente, isso é, capanga de Fabricio das Neves e ajudou a matança de José Maria de Jesus, o monge-Santo. Ainda lembra das lutas do Contestado; polícia do bando de José Maria de Jesus em Cruzeiro (Joaçaba) perto de Catanduvas pelo ano aproximado de 1910. Foi numa sexta-feira santa que Superiano foi preso pelas forças da "Santidade" de José Maria de Jesus e levou muito chumbo, mas ainda hoje está mais forte que nunca...

Era colega de Jango Soares, pertencente ao bando de Fabricio das Neves. Jango faleceu no Irani. Superiano ajudou a cortar as bractings na abertura de Concórdia.

Teve um filho de nome Vitor Prado que foi o primeiro carroceiro de mulas de Caetano Chiuchetta,... (O Caetano Pai) como era carinhosamente chamado, o dono da primeira padaria de Concórdia, amigo do Velho Tigre, cujo nome era Matias Ribeiro da Luz. "Tigre" ninguém sabe ao certo por que, mas como lenda teria herdado na Guerra do Paraguai, como bravura. Velho Tigre era aposentado pelos bons serviços prestados na Guerra do Paraguai. A Prefeitura dava um rancho mensal (feito na loja de Caetano, importância de aproximadamente 100 mil réis em dinheiro). Velho Tigre era pessoa bondosa e era curandeiro, receitava charopadas de ervas. Ao começar a colonização o Sr. Silveira, encarregado dos negócios da empresa Moselle "limpou" a área, e o velho Tigre se retirou para Lageado dos Pintos. Faleceu por volta de 1945, com mais de 120 anos, de congestão ao comer carne de porco. Nesta época morava atrás do atual cemitério.

Em 1927, foi nomeado o primeiro escrivão da paz, o Sr. Paulo Guinther, também sempre muito amigo de Caetano, e a amizade hoje se estende entre os filhos de ambos, e era o escrivão do 10º Distrito de Cruzeiro.

Com a Revolução de 1930, vieram as mudanças administrativas que atingiram também o escrivão, Sr. Paulo Guinther, e foi substituído pelo Sr. Domingos Da Nova, que pelo ano de 1945, se aposentou e mudou-se para Porto Alegre.

Foi designado, então, como o Primeiro Tabelião, o Sr. José Amorim, que permaneceu aqui pouco tempo, e este foi substituído pelo Sr. Julio da Costa Neves, que sempre foi mu-

to amigo de Caetano e os filhos de ambos ainda hoje cultivam as amizades dos pais.

Com a instalação da Comarca de Concórdia, em 1934, foi designado como primeiro oficial do Registro de Imóveis o Sr. Dogelo Góss, que em breve passou a Prefeito e foi, para o cargo de Oficial do Registro de Imóveis, designada a Sr. Ida O. Guinther, esposa do Dr. Geraldo Guinther, e que até hoje é oficial do Primeiro Ofício.

Também pelo ano de 1927, foi nomeado primeiro Intendente (Delegado de Polícia) o Sr. Gabriel Telles de Menezes. Ainda hoje reside na cidade seu filho, Dr. Airton de Menezes (dentista).

No espaço de 1925/1970 tudo se fez em Concórdia, SC, quer no setor religioso, econômico, social ou político sempre teve uma "pá de cal" de Caetano Chiuchetta e o depoimento mais honesto e feliz foi dado pelo Senador Atilio Fontana, no livro "História da Minha Vida", quando nas páginas de nº 149 e 150 relata a fundação do Partido Social Democrático, assim diz: "Mas eu também tinha amigos de prestígio em Concórdia e declarei que gostaria que fossem eleitos membros do diretório. João Moselle, o colonizador. Caetano Chiuchetta, comerciante, e Dr. Tácito Kramer, médico, todos muito conceituados na região". Declarei que eu havia ficado descontente e chocado com a omissão dos três nomes por mim indicados para figurarem na chapa oficial do nosso diretório. Tinham sido meus convidados, não apenas por serem pessoas de minha amizade e confiança, mas principalmente porque eram personalidades de prestígio na cidade e na própria colônia. O colonizador, o comerciante e o médico.

Como se vê, é uma história entrecortada de trabalho e de idealismo que ajudou a construir uma grande civilização.

Ousaria dizer que o Oeste catarinense foi obra dos bandeirantes do século XX, que, graças ao trabalho de sua gente e a fertilidade do solo tornasse-á, em breve, uma das mais prósperas regiões deste país.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Aldo Arantes — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de liderança.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Tem a palavra V. Ex.ª para uma comunicação como Líder do PC do B.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, as eleições de 15 de novembro, na realidade, tiveram importante significado para o futuro político do Brasil.

Nosso Partido, o PC do B, desde o primeiro momento considerou que essas eleições iriam transformar-se no julgamento do Governo Sarney, do PMDB e seus partidos aliados. O povo brasileiro está cansado da política tradicional, da demagogia, da política de clientela dos políticos que só aparecem em época de eleição. Na verdade, o resultado eleitoral, com o fortalecimento do PT, do PDT e do próprio PC do B, representa uma alternativa nova de política neste País. O povo brasileiro está cansado do PMDB, da política tradi-

cional, mas felizmente também disse "não" ao passado, ao retrocesso, ao PDS, a uma perspectiva de vitória de Maluf, em São Paulo, e de outros candidatos daquele partido pelo Brasil afora. Na verdade, com essas eleições municipais, o povo brasileiro demonstrou um alto grau de maturidade política, pois está compreendendo que é necessário fazer um novo tipo de política, em que os partidos e os políticos estejam comprometidos com a luta do povo no cotidiano, com a luta pela soberania nacional, com a luta pela reforma agrária, com a luta pela melhor distribuição de renda neste País.

Enfim, é necessário que os políticos estejam presentes, não em época de eleição, mas principalmente nos momentos de conflito, de greve, em que o povo está sendo vítima da repressão policial. Não tenhamos dúvida de que o que ocorreu na Companhia Siderúrgica Nacional, com a agressão e o assassinato dos trabalhadores, teve uma repercussão muito grande no processo eleitoral. É claro que não podemos simplificar, não foi só isso. Eu diria que o assassinato dos trabalhadores em Volta Redonda foi um pinga d'água que transbordou na consciência do povo, que não quer mais essa política atrasada.

No meu estado, a duras penas, o PMDB conseguiu ganhar a Prefeitura de Goiânia e de Anápolis, mas ali também as forças progressistas introduziram uma nova realidade política.

As câmaras municipais terão composição completamente diferente. As forças progressistas estarão lá presentes. Temos a honra de ter em Goiânia a segunda vereadora mais votada de todos os candidatos. Isso significa uma afirmação política do nosso partido num estado atrasado, conservador, manifestando o nosso repúdio à legislação eleitoral, que levou a que não só em Goiânia, mas também em Anápolis a legenda do PC do B tivesse perdido uma grande quantidade de votos, porque a lei eleitoral estabelece uma contradição: fixa que, na apuração do voto, o critério fundamental é a intenção do eleitor, mas, havendo contradição entre o nome do eleitor e a legenda, prevalece a legenda. Quero anunciar aos membros desta Casa que apresentei um projeto de lei alterando essa determinação da legislação eleitoral, que não corresponde à tradição política deste País, e traz sérios prejuízos para os setores progressistas e para o nosso partido.

Encerrando minha comunicação de liderança, quero dizer que o PC do B considera que o resultado das eleições de 15 de novembro vai ter uma influência muito grande na sucessão presidencial. É necessário que agora todos os setores progressistas sintam e compreendam a necessidade de se unificarem para garantir um Presidente da República que expresse a intenção de promover transformações profundas na sociedade brasileira. É necessário deixar de lado qualquer perspectiva grupista, partidária e colocar em primeiro lugar os interesses maiores da Nação e do povo brasileiro. Não tenhamos dúvidas de que as forças conservadoras, as forças de direita, que se dizem de centro e aqui se organizaram no chamado "Centrao", vão procurar organizar-se para dar uma resposta nas eleições presidenciais.

Por isso, é necessário que as forças progressistas encontrem mecanismos para criar uma grande unidade popular que, nas eleições presidenciais, promova a vitória do povo brasileiro, que

quer mudanças profundas, que não quer meramente a democracia política, mas a democracia econômica, através da reforma agrária, da suspensão do pagamento da dívida externa, das medidas de congelamento das taxas de juro, para que tenhamos condições de retirar este País da crise.

O SR. JOSÉ LOURENÇO — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL — BA. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Congressistas, ouvi atentamente o representante das forças progressistas do Partido Comunista do Brasil, que me surpreendeu com seu canto de vitória, seu canto de homens que representam de fato uma visão política do mundo atual.

Estão avançadíssimos. As idéias que professam, naturalmente, são dos países mais avançados do mundo. Dentre estes, a Albânia, que, por coincidência, é o mais atrasado da Europa; é até um país pequeno, nas idéias, no espaço geográfico e nos seus líderes.

Mas, vamos deixar a Albânia de lado e nos transplantar para o nosso Brasil, que é o que interessa.

Quero dizer à Casa e ao nobre colega Aldo Arantes que as idéias que tanto proclama, no meu Estado, a Bahia, foram derrotadas no Município de Camaçari, município de operários, onde existe o segundo pólo petroquímico da Nação brasileira. Lá, o povo preferiu um candidato, na verdade, progressista, do meu partido, o PFL, e tocou para fora da Prefeitura um Prefeito do PC do B, já que eles conseguiram a Prefeitura nas eleições passadas, através do engodo, do engano e desse tipo de discurso. Mas o discurso não teve continuidade, porque o povo não acreditou mais nele e agora, pelo voto, expulsou-os, e eles estão no meio da rua. Vou mandar-lhes uma barraca de presente.

A Sr. Abigail Feitosa — Sr. Presidente, peço a palavra para uma Comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Tem a palavra V. Exª para uma Comunicação como Líder do PSB.

A SRA. ABIGAIL FEITOSA (PSB — BA. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Congressistas, quero registrar minha repulsa à maneira como são apurados os votos ainda neste País. Não é possível que após uma eleição se monte um esquema com tantas juntas apuradoras, provocando um tumulto tão grande que seja possível cometer fraudes com tanta facilidade. Em Salvador, e em outros municípios no interior, o espaço que o Poder Judiciário reservou para fazer a apuração não permitia sequer uma fiscalização. Havia aquela marcação, suscetível de engano, o que incentiva a fraude e o mapismo.

Então, sugiro que, a esta altura, já findando o século XX, o País mude a maneira de apurar os votos, ou fazendo a apuração imediatamente após a eleição, ou automatizando o sistema, porque não é possível que continue a acontecer o que houve em Salvador: violência, espancamento de gente, a polícia em cima, enfim, um quadro realmente desolador.

De modo que aqui fica a sugestão para que esta Casa tome providências no sentido de encontrar

uma maneira mais civilizada e mais rápida de proceder à apuração, mas também que seja menos suscetível à fraude.

Na Bahia, houve lugares em que se atçou fogo às urnas. Isto é um absurdo, uma vergonha. No fim, as pessoas ficam em dúvida sobre aqueles candidatos que se apresentaram como os mais votados. Sei de casos, como o de um candidato que tinha um voto e na hora de passar o resultado para os mapas, apareceram vinte e um, como o de umas que, quando foram abertas, continham trezentos votos com a mesma letra de cima a baixo; e como o de outras que foram levadas para casa. Isto cria uma insegurança quanto ao real resultado da eleição.

De modo que sugiro a V. Exª que tome providência no sentido de que se modifique, nas próximas eleições a maneira de apuração dos votos. Muito obrigada.

O Sr. Elias Murad — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de liderança.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Tem a palavra V. Exª para uma Comunicação como Líder do PTB.

O SR. ELIAS MURAD (PTB — MG. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srª e Srs. congressistas, em um dos meus primeiros pronunciamentos na Assembléia Nacional Constituinte disse que um dos maiores riscos da democracia brasileira, tendo em vista a vitória esmagadora, àquela época, do PMDB, era a possibilidade da mexicanização do Brasil. Na minha opinião, pior do que a ditadura de um indivíduo é a ditadura do partido. E naquele país, há cinquenta e três anos, o partido único, mantém-se no poder.

Neste instante, ultrapassadas as eleições municipais, estou aqui, em nome do Líder do PTB, para mostrar a satisfação pelo resultado que evidenciou o pluripartidarismo. Nosso partido, o PTB, é exemplo disso em nosso estado. Apesar de não ter Prefeitos nem vereadores, cresceu bastante, conseguindo eleger cerca de trinta prefeitos e centenas de vereadores. Na própria capital, Belo Horizonte, terá uma representação de três ou quatro vereadores.

Quero destacar também o resultado das eleições na cidade de Paracatu, distante 230 km da Capital Federal e 490 km de Belo Horizonte, onde um novo líder, candidato único, sem coligações, Antônio Arquimedes Borges de Oliveira, conseguiu eleger-se pelo PTB por elevada vantagem de votos, derrubando oligarquias daquela cidade, tradicionais políticos de Paracatu. É uma liderança nova que surge, representando o exemplo típico desse pluripartidarismo que está a vigorar agora, após as eleições para as prefeituras de todo o País.

O Sr. Brandão Monteiro — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de liderança.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Tem a palavra V. Exª para uma comunicação como Líder do PDT.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. congressistas, desta tribuna, venho fazer um convite à Primeira-Ministra da Inglaterra, Margaret Thatcher, para que venha ao Brasil. Ela

esteve na Polônia, ao lado do líder trabalhista Lech Walesa, em defesa dos trabalhadores, quando da ameaça de fechamento do Estaleiro Lênin.

Gostaria de convidá-la para vir ao Brasil verificar as condições de verdadeiro massacre em que se encontram os trabalhadores de Volta Redonda. Estamos, inclusive, ameaçados com o fechamento da Campanha Siderúrgica Nacional. Seria importante que a Sra. Ministra da Inglaterra tomasse conhecimento dos fatos que ocorreram em Volta Redonda e dessa possibilidade de fechamento da Campanha Siderúrgica Nacional.

Em nome do meu partido, estou enviando telegrama à Primeira-Ministra Margareth Thatcher, em que convido S. Exª para que venha ao Brasil atestar as condições de massacre dos trabalhadores de Volta Redonda e, bem assim, a ameaça que hoje faz o Ministro Roberto Cardoso Alves, de fechamento dessa importante empresa, criada por Getúlio Vargas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Pas-se-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1988 (nº 7.183/86, na origem), que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, cria cargos e dá outras providências, **vetado totalmente** pelo Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Es-gotado o prazo estabelecido no § 4º do art. 66 da Constituição, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, conforme o disposto no § 6º do referido dispositivo constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — A matéria vetada exige **quorum** da maioria absoluta da composição de cada uma das Casas para deliberação. Dada a inexistência desse **quorum** em Plenário, deixa de se proceder à votação.

O Sr. Francisco Küster — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. FRANCISCO KÜSTER (PSDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Exª não pode prejudicar a inexistência de **quorum**. Solicito a V. Exª promova a chamada, caso contrário aqui estaremos iguais aos gazeteiros. Exigimos se faça a chamada. (Palmas.)

Pedimos a V. Exª que promova a chamada para registrar os ausentes, do contrário nós, que aqui estamos, seremos nivelados aos irresponsáveis.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Nobre Deputado Francisco Küster, há 40 Srs. Senadores e 217 Srs. Deputados presentes. Há necessidade de estarem presentes 244 Srs. Deputados.

O SR. FRANCISCO KÜSTER — Contesto a afirmação da Mesa. Exijo a chamada. Quero que V. Exª prove que há aqui 40 Srs. Senadores presentes, bem assim 217 Srs. Deputados.

Sr. Presidente, desculpe-me a ousadia, mas exijo a chamada. Não estou aqui brincando com coisa séria. Acione V. Exª as campanhas e promova a chamada.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Nobre Deputado, quero que V. Exª me aponte o artigo do Regimento Interno que dá a V. Exª o direito de fazer este pedido.

O SR. FRANCISCO KÜSTER — Sr. Presidente, quero que V. Exª comprove que estão presentes apenas 40 Srs. Senadores e 217 Srs. Deputados. Contesto os números que V. Exª nos apresenta. Desculpe-me a franqueza.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — As listas de presença registram esse **quorum**.

O SR. FRANCISCO KÜSTER — Onde estão as listas de presença? Não assinei presença na Casa, Sr. Presidente, e estou aqui.

Levante o braço quem apoia o pedido de chamada. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Vamos proceder à votação

O Sr. Edésio Frias — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. EDÉSIO FRIAS (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de pedir uma informação à Mesa. O placar eletrônico foi instalado apenas para a Constituinte? O placar eletrônico não está funcionando. Foi feito apenas para a Constituinte!

O Sr. Mendes Ribeiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a ponderação do colega vem ao encontro do desejo de todos nós. A chamada tal que foi feita ontem não é o que se pede. Pede-se que se faça a chamada de um por um. Chamar quarenta para votar teoricamente noventa, não; chamada de um por um, para vermos quem está e quem não está presente.

Sr. Presidente, com a bondade que lhe é peculiar, permita-me que explique: não se trata de ser questão regimental ou anti-regimental. Trata-se apenas de um problema de ministar justiça. Ver quem está e quem não está presente.

O Sr. Nilso Sguarezi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

O SR. NILSO SGUAREZI (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o pedido de chamada nominal feito pelo Deputado que me antecedeu tem amparo regimental no § 2º do art. 29, que dá direito a qualquer congressista de provocar a verificação de **quorum**. Além do mais, o art. 28 determina que a sessão apenas deverá iniciar-se se estiverem presentes 1/6 dos membros de cada Casa. É questão de bom senso.

Estamos reiniciando as atividades do Congresso Nacional. A sessão de hoje se abriu com uma polêmica sobre a eterna ausência de um deputado, que aqui não comparece. Agora, não fazemos a chamada nominal e equiparamos todos aos relapsos que infelizmente têm dado ao Con-

gresso Nacional esta característica perante a população brasileira. Cabe a V. Exª, como Presidente, defender este Congresso e os bons congressistas, e não os maus. Por isso, a chamada nominal vem depurar a Casa daqueles que a ela não comparecem. Na hora de se mostrar à população quem são os que denigrem o Congresso Nacional, infelizmente, por essa ininteligível interpretação da Mesa, de não querer fazer a chamada, nós, que aqui estamos, acabamos "pagando o pato".

Portanto, há amparo regimental no pedido de verificação e V. Exª deve proceder à chamada.

O Sr. Nilson Gibson — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Exª que autorizasse a retirada das notas taquigráficas da expressão "relapsos" referente aos nossos companheiros que não estão presentes nesta ocasião. Não sabemos os motivos pelos quais os nossos ilustres e eminentes companheiros senadores e deputados aqui não estão neste momento, a que outros compromissos políticos eles podem estar realmente vinculados.

Peço a V. Exª que seja retirada essa expressão "relapsos".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Nobre Congressista, já está decidido. Vamos proceder à votação nominal.

Pela Câmara dos Deputados deve fazer a chamada o Deputado Albérico Cordeiro, que chamo à Mesa. O Senador Meira Filho procederá à chamada dos senhores senadores.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — A Presidência esclarece ao Plenário que, em decorrência do determinado, no art. 66, § 4º, da Constituição, o que está em apreciação é o veto apostado pelo Presidente, ou seja, o ato formal presidencial que negou sanção ao dispositivo do projeto votado pelo Congresso Nacional.

Em consequência, o voto "sim" implica aprovação da medida do Presidente, de veto. Em contraposição, o voto "não" rejeita o veto, mantendo, logicamente, o texto aprovado pelas Casas do Congresso Nacional. Em síntese, "sim" aprova o veto e "não" rejeita-o.

Faça-se a chamada.

(Procede-se à chamada.)

O Sr. Fernando Santana — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Concedo a palavra pela ordem.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Exª que mandasse acionar o "berro do urso", este sinal forte, convocando o pessoal no recinto do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — V. Exª será atendido.

O Sr. Amaral Netto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, está havendo confusão e peço a V. Exª um esclarecimento.

Até hoje, na minha longa vida parlamentar, o voto contra o veto é "sim", porque se vota a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — A Constituição foi alterada, meu nobre colega. Isso resulta do art. 66, § 4º, que diz:

"O voto será apreciado em sessão conjunta dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos deputados e senadores em escrutínio secreto."

O que está em deliberação é o veto, não a matéria vetada, como era antigamente. "Sim" aprova o veto; "não" desaprova-o.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Para a conferência, pedimos a todos os Parlamentares que votarem que se identifiquem com a funcionária. Posteriormente, a lista que está com o Sr. Secretário será conferida com a que está aqui na Mesa, sem que se faça necessária a chamada, uma vez que o Sr. Secretário conhece todos os Parlamentares pessoalmente.

A Sr. Irma Passoni — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Tem V. Exª a palavra.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, gostaria de sugerir a V. Exª que solicitasse à Secretaria do Congresso Nacional que colocasse duas urnas em locais diferentes para a retirada da cédula de votação. Acho que esta organização é absurda, porque ao mesmo tempo em que retransmitem a cédula, no mesmo local, temos que votar. Então, que preparem dois locais para votação, divididas em bancadas ou partidos.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — V. Exª tem razão, mas a votação já está sendo realizada. Então, a sugestão de V. Exª deverá ser aproveitada na próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — A Presidência verifica que senadores e deputados estão votando simultaneamente, o que não poderia ser feito. Nestas condições, a votação está inválida e deverá ser procedida novamente.

Vamos dar início à votação somente dos srs. deputados, na urna à esquerda da Presidência. Os senadores somente votarão após os deputados, depois que a urna se encontrar sobre a mesa da Presidência.

A Presidência pede que a urna seja trazida à mesa para ser esvaziada e, depois, devolvida para começar a receber os sufrágios. (Pausa)

Evidentemente, não se trata de apuração. Os envelopes estão sendo esvaziados porque a Mesa não dispõe de material suficiente e vai aproveitá-los na nova votação.

O Sr. Fernando Santana — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Tem a palavra V. Exª

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, muitos dos que votaram anteriormente se retiraram para seus gabinetes. Seria necessário que V. Exª acionasse a campanha, chamando-os de volta ao plenário, pois a votação foi invalidada.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — A Presidência atentarão ao requerimento de V. Exª (Pausa)

O Sr. Amaury Müller — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Tem a palavra V. Exª

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, diante do pequeno tumulto, natural numa Casa que representa o pensamento da população brasileira, estou confuso. Está sendo efetuada uma nova votação a respeito do veto presidencial ou vale a votação anterior?

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Vais proceder à nova votação da matéria, uma vez a anterior foi invalidada porque os senadores, que deveriam votar em separado, depois da votação dos deputados, votaram conjuntamente. Entraram na fila e votaram

O SR. AMAURY MÜLLER — Sr. Presidente, sei que é tarde para apresentar esta sugestão, mas seria mais simples retirar das urnas os votos dos senadores, cujos nomes estavam assinaladas na folha (Pausa)

O Sr. Victor Faccioni — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Tem a palavra V. Exª

O SR. VICTOR FACCIÓNI (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não para esta votação, mas para as futuras, que serão muitas, a Mesa deverá organizar sistemas de votação. Quando não estiver funcionando o sistema eletrônico, que se coloquem quatro ou cinco urnas, com funcionários previamente destacados, separando-se os votantes de modo que cada deputado saiba em que urna votará.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — A sugestão de V. Exª deverá ser aproveitada pela Mesa em votações futuras.

O SR. VICTOR FACCIÓNI — Obrigado. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Peço aos Srs. Congressistas que não se ausentem do plenário. Se houver número, haverá novas votações

Os Srs. Deputados podem votar. Os Srs. Senadores aguardarão sua vez (Prossegue a votação)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Renovo a advertência de que os Srs. Senadores não devem votar nesta urna. S. Exª devem aguardar a colocação de outra, para votarem em separado.

O Sr. Victor Faccioni — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. VICTOR FACCIÓNI (PDS — RS. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, se os Srs. Senadores votam em outra urna, pergunto a V. Exª: por que não se coloca outra urna, desde logo, em separado, para que S. Exª votem simultaneamente com os Srs. Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Nobre Deputado Victor Faccioni, esclareço a V. Exª que, feita a votação dos Srs. Deputados, a urna subirá a Presidência e será feita a apuração, verificando se há número e qual a decisão. Se não houver número, ou se a Casa derrubar o veto, os Srs. Senadores não precisarão votar.

O SR. VICTOR FACCIÓNI — Mas, Sr. Presidente, data venia, esse procedimento poderia ser feito de qualquer forma. Não se abriria a urna do Senado enquanto não houvesse a verificação, abertura e apuração da urna da Câmara dos Deputados, apenas para ganhar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — A Mesa não está aparelhada para isso. Não há aqui urna a disposição. Com a utilização do painel eletrônico, esse processo desmontou-se automaticamente

(Prossegue a votação.)

O Sr. Paulo Delgado — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

O SR. PAULO DELGADO (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, terminada a apuração, encerra-se a sessão?

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Temos que apreciar quatro vetos. Se este veto, cuja votação esta sendo feita, for derrubado, encerraremos a sessão. Isso depende de número, o que vai ser feito pela verificação após o término da votação. Isso vai ser apreciado em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Peço aos Srs. Deputados que não votaram que o façam

Está-se encerrando a votação.

Todos os Srs. Deputados já votaram? (Pausa.)

Esta encerrada a votação.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; João Maia — PMDB.

Amazonas

Carrel Benevides — PTB; Ézio Ferreira — PFL; José Fernandes — PDT; Sadie Hauache — PFL.

Rondônia

Arnaldo Martins — PMDB; José Guedes — PSDB; Raquel Cândido — PDT.

Pará

Ademir Andrade — PSB; Aloysio Chaves — PFL; Asdrubal Bentes — PMDB; Benedicto Monteiro — PTB; Eliel Rodrigues — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Paulo Roberto — PMDB.

Maranhão

Antonio Gaspar — PMDB; Costa Ferreira — PFL; Eliezer Moreira — PFL; Enoc Vieira — PFL.

Piauí

Felipe Mendes — PDS; Jesus Tajra — PFL; José Luiz Maia — PDS.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; César Cals Neto — PDS; Expedito Machado — PMDB; Firmo de Castro — PMDB; Furtado Leite — PFL; Luiz Marques — PFL; Moerna São Thiago — PSDB; Moysés Pimentel — PMDB; Osmundo Rebouças — PMDB; Raimundo Bezerra — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Iberê Ferreira — PFL; Ismael Wanderley — PMDB.

Paraíba

Edme Tavares — PFL; Evaldo Gonçalves — PFL; Oswaldo Trigueiro — PDS.

Pernambuco

Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PDT; Inocêncio Oliveira — PFL; Marcos Queiroz — PMDB; Salatiel Carvalho — PFL; Wilson Campos — PMDB.

Alagoas

Eduardo Bonfim — PC do B; Vinicius Cansanção — PFL.

Sergipe

Djenal Gonçalves — PMDB; João Machado Rollemberg — PFL.

Bahia

Abigail Feitosa — PSB; Ângelo Magalhães — PFL; Carlos Sant'Anna — PMDB; Eraldo Tinoco — PFL; Fernando Santana — PCB; Franca Teixeira — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; João Alves — PFL; Jorge Hage — PSDB; Lídice da Mata — PC do B; Manoel Castro — PFL; Miraldo Gomes — PDC; Raul Ferraz — PMDB; Sérgio Brito — PFL; Uldurico Pinto — PMDB.

Espírito Santo

Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolin — PFL; Rita Camata — PMDB; Vasco Alves — PSDB; Vitor Buaiz — PT.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Anna Maria Rattes — PSDB; Arolde de Oliveira — PFL; Artur da Távola — PSDB; Benedita da Silva — PT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Alberto Caó — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Edésio Frias — PDT; Edmilson Valentim — PC do B; Flavio Palmier da Veiga — PMDB; Francisco Dornelles — PFL; José Carlos Coutinho — PL; José Luiz de Sá — PL; Lysianeas Maciel — PDT; Nelson Sabrá — PFL; Noel de Carvalho — PDT; Oswaldo Almeida — PL; Rubem Medina — PFL; Simão Sessim — PFL; Sotero Cunha — PDC; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT.

Minas Gerais

Bonifácio de Andrada — PDS; Célio de Castro — PSDB; Chico Humberto — PDT; Christóvam Chiaradia — PFL; Elias Murad — PTB; Humberto Souto — PFL; José da Conceição — PMDB; José Santana de Vasconcellos — PFL; Luiz Alberto Rodrigues — PMDB; Mário de Oliveira — PMDB; Mauro Campos — PSDB; Paulo Almada — PMDB; Paulo Delgado — PT; Raimundo Rezende — PMDB; Roberto Brant — PMDB; Roberto Vital — PMDB; Ronaldo Carvalho — PMDB; Ronaro Corrêa — PFL; Rosa Prata — PMDB; Saulo Coelho — PFL; Sérgio Werneck — PMDB; Sílvio Abreu — PSC; Virgílio Galassi — PDS; Ziza Valadares — PSDB.

São Paulo

Adhemar de Barros Filho — PDT; Afif Domingos — PL; Agripino de Oliveira Lima — PFL; Antônio Perosa — PSDB; Arnaldo Faria de Sá — PJ; Delfim Netto — PDS; Eduardo Jorge — PT; Fábio Feldmann — PSDB; Farabulini Júnior — PTB; Fernando Gasparian — PMDB; Florestan Fernandes — PT; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Gastone Righi — PTB; Geraldo Alckmin Filho — PSDB; Gumercindo Milhomem — PT; Hélio Rosas — PMDB; Irma Passoni — PT; Jayme Paliarin — PTB; João Cunha — PDT; José Egreja — PTB; José Genoíno — PT; José Yunes — PMDB; Luís Inácio Lula da Silva — PT; Mendes Botelho — PTB; Nelson Seixas — PDT; Plínio Arruda Sampaio — PT; Samir Achôa — PMDB; Sólton Borges dos Reis — PTB; Tito Costa — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PC do B; Maguito Vilela — PMDB; Pedro Canedo — PFL; Roberto Balestra — PDC.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Geraldo Campos — PSDB; Márcia Kubitschek — PMDB; Sigmannga Seixas — PSDB; Valmir Campelo — PFL.

Mato Grosso

Jonas Pinheiro — PFL; Júlio Campos — PFL; Ubiratan Spinelli — PDS.

Mato Grosso do Sul

Fadah Gattas — PMDB; Juarez Marques Batista — PSDB; Rosário Congro Neto — PMDB.

Paraná

Basílio Villani — PTB; Darcy Deitos — PMDB; Dionísio Dal Prá — PFL; José Carlos Martinez — PMDB; Matheus Iensen — PMDB; Nilton Friedrich — PSDB; Nilso Sguarezi — PMDB; Paulo Pimentel — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Sérgio Spada — PMDB.

Santa Catarina

Antônio Carlos Konder Reis — PDS; Artenir Werner — PDS; Eduardo Moreira — PMDB; Francisco Kuster — PSDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Orlando Pacheco — PFL; Vilson Souza — PSDB.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — ; Adylson Motta — PDS;

Amury Müller — PDT; Carlos Cardinal — PDT; Darcy Pozza — PDS; Erico Pegoraro — PFL; Floriano Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PSDB; Ivo Mainardi — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Luís Roberto Ponte — PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Paulo Paim — PT; Vicente Bogo — PSDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Annibal Barcellos — PFL; Eraldo Trindade — PFL; Geovani Borges — PFL.

Roraima

Chagas Duarte — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Peço que tragam a urna até a Mesa.

Convido o Deputado Nilton Friedrich e o Senador Jarbas Passarinho para fazerem parte da Mesa.

(Contagem das sobrecartas)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Contadas as sobrecartas, verificou-se a existência de 203 sobrecartas.

Não havendo número para votação, estão sobrestadas as demais propostas por força do dispositivo do § 6º do art. 66, da Constituição.

São as seguintes as matérias que ficam sobrestadas:

2

Votação, em turno único, da parte vetada do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1986 (nº 3.319/84, na origem), que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências

Parte vetada: art. 5º

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 1986 (nº 5.289/85, na origem), que regula a profissão de Supervisor Educacional e determina outras providências, vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1985 (nº 8.340/86, na Câmara dos Deputados), que estabelece normas para voto por instrumentos e dá outras providências, vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República.

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1988-CN (apresentado como conclusão do parecer proferido em plenário pelo Senhor Senador Leopoldo Perez), aprovando o texto do Decreto-Lei nº 2.396, de 21 de dezembro de 1987, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas e dá outras providências.

6

Apreciação das Mensagens Presidenciais nºs 228, de 1987-CN (nº 364/87, na origem); e 229, de 1987-CN (nº 376/87, na origem), através das quais o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional os textos

dos Decretos-Leis nºs 2.348, de 21 de julho de 1987, que altera o Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, que dispõe sobre licitações e contratos da Administração Federal; e 2.360, de 16 de setembro de 1986, que altera o Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1988, que dispõe sobre licitações e contratos da Administração Federal.

7

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 18, de 1988-CN (nº 410/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.369, de 11 de novembro de 1987, que altera o Decreto-Lei nº 2.032, de 9 de junho de 1983, e dá outras providências.

8

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 23, de 1988-CN (nº 710/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, que revoga o Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, dispõe sobre terras públicas, e dá outras providências.

9

Apreciação das Mensagens Presidenciais Nºs 53, de 1988-CN (nº 24/88, na origem), e 54, de 1988-CN (nº 114/88, na origem), através das quais o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional os textos dos Decretos-Leis Nºs 2.404, de 23 de dezembro de 1987, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante e dá outras providências; e 2.414, de 12 de fevereiro de 1988, que altera o Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante e o Fundo da Marinha Mercante.

10

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 72, de 1988-CN (nº 169/88, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.422, de 30 de março de 1988, que dispõe sobre o preço para inscrição de ocupação de imóveis da União e dá outras providências.

11

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 77, de 1988-CN (nº 174/88, na origem) através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.427, de 8 de abril de 1988, que altera o Decreto-Lei nº 2.400, de 21 de dezembro de 1987.

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

12

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 85, de 1988-CN (nº 208/88, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.433, de 19 de maio de 1988, que dispõe sobre os instrumentos financeiros relativos à política industrial, seus objetivos, revoga incentivos fiscais e dá outras providências.

13

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 86, de 1988-CN (nº 209/88, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.434, de 19 de maio de 1988, que dispõe sobre a isenção ou redução de impostos na importação de bens e dá outras providências.

14

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 87, de 1988-CN (nº 210/88, na origem), através da

qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.435, de 19 de maio de 1988, que dispõe sobre a dispensa de controles prévios na exportação.

15

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 90, de 1988-CN (nº 219/88, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.438, de 26 de maio de 1988, que dispõe sobre a percepção de gratificação e complementação salarial por servidores do Departamento Nacional de Obras e Saneamento e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e dá outras providências.

16

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 91, de 1988-CN (nº 220/88, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.439, de 2 de junho de 1988, que dá nova redação aos arts. 4º e 7º do Decreto-Lei nº 2.423, de 7 de abril de 1988.

17

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 92, de 1988-CN (nº 221/88, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.440, de 3 de junho de 1988, que dispõe sobre a aplicação das disponibilidades financeiras do Fundo de Defesa da Economia Cafeira — Funcafe.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — *Está encerrada a sessão.*

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 35 minutos.*)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral	Cz\$ 2.600,00
Exemplar avulso	Cz\$ 16,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral	Cz\$ 2.600,00
Exemplar avulso	Cz\$ 16,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF; conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP: 70160.

Maiores informações pelos telefones (061) 211-4128 e 224-5615, na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 96

(outubro a dezembro de 1987)

Está circulando o nº 96 da **Revista de Informação Legislativa**, periodico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Este número, com 352 páginas, contém as seguintes matérias:

Os dilemas institucionais no Brasil — **Ronaldo Poletti**
A ordem estatal e legalista. A política como Estado e o direito como lei — **Nelson Saldanha**
Compromisso Constituinte — **Carlos Roberto Pellegrino**
Mas qual Constituição? — **Torquato Jardim**
Hermenêutica constitucional — **Celso Bastos**
Considerações sobre os rumos do federalismo nos Estados Unidos e no Brasil — **Fernanda Dias Menezes de Almeida**
Rui Barbosa, Constituinte — **Rubem Nogueira**
Relaciones y convenios de las Provincias con sus Municipios, con el Estado Federal y con Estados extranjeros — **Jesús Luis Abad Hernando**
Constituição sintética ou analítica? — **Fernando Herren Fernandes Aguillar**
Constituição americana moderna aos 200 anos — **Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza**
A Constituição dos Estados Unidos — **Kenneth L. Penegar**
A evolução constitucional portuguesa e suas relações com a brasileira — **Fernando Whitaker da Cunha**
Uma análise sistêmica do conceito de ordem econômica e social — **Diogo de Figueiredo Moreira Neto e Ney Prado**
A intervenção do Estado na economia — seu processo e ocorrência históricos — **A. B. Cotrim Neto**
O processo de apuração do abuso do poder econômico na atual legislação do CADE — **José Inácio Gonzaga Franceschini**
Unidade e dualidade da magistratura — **Raul Machado Horta**

Judiciário e minorias — **Geraldo Ataliba**
Dívida externa do Brasil e a arguição de sua inconstitucionalidade — **Najlê Russomano**
O Ministerio Publico e a Advocacia de Estado — **Pinto Ferreira**
Responsabilidade civil do Estado — **Carlos Mário da Silva Velloso**
Esquemas privatísticos no direito administrativo — **J. Cretella Júnior**
A sindicância administrativa e a punição disciplinar — **Edmir Netto de Araújo**
A vinculação constitucional, a recorribilidade e a acumulação de empregos no Direito do Trabalho — **Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena**
Os aspectos jurídicos da inseminação artificial e a disciplina jurídica dos bancos de esperma — **Senador Nelson Carneiro**
Casamento e família na futura Constituição brasileira a contribuição alemã — **João Baptista Villela**
A evolução social da mulher — **Joaquim Lustosa Sobrinho**
Os seres monstruosos em face do direito romano e do civil moderno — **Sílvio Meira**
Os direitos intelectuais na Constituição — **Carlos Alberto Bittar**
O direito autoral do ilustrador na literatura infantil — **Hildebrando Pontes Neto**
Reflexões sobre os rumos da reforma agrária no Brasil — **Luiz Edson Fachin**

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas
Senado Federal,
Anexo I, 22º andar
Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF
Telefones: 211-3578 e
211-3579

PREÇO DO
EXEMPLAR:
Cz\$ 150,00

Assinatura
para 1988
(nºs 97 a 100).
Cz\$ 600,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775
Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 97

(janeiro a março de 1988)

Está circulando o nº 97 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 342 páginas, contém as seguintes matérias:

Os cânones do direito administrativo — **J. Cretella Júnior**

A Constituição e a administração pública na Itália — **Umberto Alegretti**

Constituição portuguesa — **Celso Bastos**

Perspectivas da organização judiciária na futura Constituição Federal — **José Guilherme Villela**

Ministério Público do Trabalho — **José Eduardo Duarte Saad**

A renegociação da dívida externa e o respeito à soberania nacional — **Arnoldo Wald**

Recurso em matéria tributária — **Geraldo Ataliba**

Revisão doutrinária dos conceitos de ordem pública e segurança pública — uma análise sistêmica — **Diogo de Figueiredo Moreira Neto**

O acidente de Goiânia e a responsabilidade civil nuclear — **Carlos Alberto Bittar**

O direito civil brasileiro em perspectiva histórica e visão de futuro — **Clóvis V. do Couto e Silva**

O nascituro no Código Civil e no direito constituindo do Brasil — **Silmara J. A. Chinelato e Almeida**

Deformalização do processo e deformalização das controvérsias — **Ada Pellegrini Grinover**

Os meios moralmente legítimos de prova — **Luís Alberto Thompson Flores Lenz**

Provas ilícitas no processo penal — **Maria da Glória Lins da Silva Colucci e Maria Regina Caffaro Silva**

Decreto-Lei nº 201/67 — jurisdicionalização do processo ou liberdade procedimental? — **José Nilo de Castro**

Pontes de Miranda, teórico do direito — **Clovis Ramalheira**

Espaço e tempo na concepção do direito de Pontes de Miranda — **Nelson Saldanha**

Norberto Bobbio e o positivismo jurídico — **Alaor Barbosa**

Direito Educacional na formação do administrador — **Edivaldo M. Boaventura**

Os direitos conexos e as situações nacionais — **José de Oliveira Ascensão**

O contrato de edição gráfica de obras escritas e musicais — **Antônio Chaves**

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas —
Senado Federal, Anexo I,
22º andar —
Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF —
Telefones: 211-3578 e 211-3579

PREÇO DO
EXEMPLAR:
CZ\$ 150,00

Assinatura
para 1988
(nºs 97 a 100):
Cz\$ 600,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL E CONSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS

A Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal está lançando a obra **Constituição do Brasil e Constituições Estrangeiras**.

A publicação, em 3 volumes, apresenta os textos integrais e um índice temático comparativo das Constituições de 21 países.

Volume 1

BRASIL — ALEMANHA, República Federal da — ARGENTINA

CHILE — CHINA, República Popular da

CUBA — ESPANHA — ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

FRANÇA — GRÃ-BRETANHA — GUINÉ-BISSAU

Volume 2

ITÁLIA — JAPÃO — MÉXICO

PARAGUAI — PERU — PORTUGAL — SUÍÇA

URSS — URUGUAI — VENEZUELA

Volume 3

ÍNDICE TEMÁTICO COMPARATIVO

Preço = Cz\$ 1.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Telefone: (061) 211-3578) Senado Federal, Anexo I, 22º Andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF.
Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal, remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.
Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

CONSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS

A Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal está publicando a série **Constituições Estrangeiras**, com índice temático comparativo.

Volume 1 — República Democrática da Alemanha, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia.....	Cz\$ 300,00
Volume 2 — República da Costa Rica e República da Nicarágua.....	Cz\$ 200,00
Volume 3 — Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe.....	Cz\$ 300,00
Volume 4 — Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia.	Cz\$ 300,00
Volume 5 — Áustria e Iugoslávia.....	Cz\$ 500,00

Encomendas pelo reembolso postal ou mediante cheque visado ou vale postal a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal (Brasília — DF — CEP 70160)

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cz\$ 16,00